

Documento de Trabalho nº 64, CEsa, Lisboa, 2002

**A METODOLOGIA DO ESTUDO DA POBREZA
ATRAVÉS DA EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE VIDA BISSAU
1986/1991
(com referências a 1993)**

por

Francisco Costa
Augusto Moreira
Carlos Sangreman Proença

Carlos Sangreman Proença foi Assistente do ISEG entre 1979 e 1998, onde leccionou "Análise Económica I", "Economia do Desenvolvimento" e "Fontes e Métodos Estatísticos" (licenciatura) ; investigador no CEsa. Prepara Doutoramento com um estudo sobre os "Efeitos sociais das políticas de ajustamento e estabilização nas populações urbanas: o Caso da cidade de Bissau na Guiné -Bissau, entre 1986 e 2001". Assessor do Ministério do Plano na Guiné -Bissau em 1986 e 1987. Assessor do Ministério do Trabalho e Solidariedade para a Cooperação desde 1998. Missões técnicas a Cabo Verde, Guiné -Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, para o PNUD, União Europeia, Banco Mundial, AIDS Sueca e Governo Português

*Os trabalhos reproduzidos nesta série são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.
O CEsa não confirma nem infirma
quaisquer opiniões neles expressas*

**A METODOLOGIA DO ESTUDO DA POBREZA
ATRAVÉS DA EVOLUÇÃO DOS NIVEIS DE VIDA BISSAU
1986/1991
(com referências a 1993)**

por

**Francisco Costa
Augusto Moreira
Carlos Proença**

CEsA
Lisboa
2002

INDICE

Abreviaturas e acrónimos

Prefácio

Introdução

1 - A Situação Económica e Social da República da Guiné - Bissau 1986 - 1993

2 - A Metodologia de Análise do Bem Estar / Pobreza e a sua aplicação á Guiné - Bissau

3 - A Evolução do Nível de Vida em Bissau 1986 - 91 - 93

CONCLUSÕES

ANEXO I - O Cálculo Prático das Medidas

BIBLIOGRAFIA

MAPA DE BISSAU

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

- BAD - Banco Africano de Desenvolvimento
 BCGB – Banco Central da Guiné - Bissau
 BM - Banco Mundial
 CE - Comunidade Económica Europeia
 CEA - Comissão Económica para África das Nações Unidas
- EBE - Ensino Básico Elementar
 FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
- FMI - Fundo Monetário Internacional
 FNUAP - Fundo das Nações Unidas para a População
 GNB - Republica da Guiné - Bissau
 INEC - Instituto Nacional de Estatística e Censos
 IPC - Índice de Preços no Consumidor
 MEC - Ministério da Educação e Cultura
 OIT - Organização Internacional do Trabalho
 PAE - Programa de Ajustamento Estrutural
 PANUREDA - Programa das Nações Unidas para a Recuperação e Desenvolvimento de África
- PIB - Produto Interno Bruto
 PIB c. f. - Produto Interno Bruto a custo de factores
 PIB p.m. - Produto Interno Bruto a preços de mercado
 PIP - Programa de Investimento Público
 PNB - Produto Nacional Bruto
 PNB - Produto Nacional Bruto
 PNUD - Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
 S. D. A. - Social Dimensions of Adjustment
 UNICEF – Fundo para a Infância das Nações Unidas

PREFÁCIO

Este trabalho foi executado a partir dum estudo sobre a pobreza em Bissau, República da Guiné – Bissau, elaborado pelo signatário e por dois técnicos guineenses – o dr. Francisco Costa e o eng. Augusto Moreira – para o Banco Mundial, como documento interno ao projecto de alívio dos efeitos sociais do ajustamento estrutural (PASI).

A presente edição em 2002 de uma parte mais condensada desse estudo deve-se a dois motivos: primeiro, contribuir para que a bibliografia sobre o país possa também contar com este trabalho; segundo como uma pequena homenagem ao eng. A. Moreira que entretanto nos deixou, engrossando a lista das pessoas que deixaram involuntariamente de poder dar o seu contributo para o desenvolvimento da Guiné – Bissau.

Constitui também uma forma de agradecimento pessoal ao dr. Francisco Costa, que continua a trabalhar em Bissau, e contribuiu com os seus comentários e conversas sobre a sua terra e gentes para o avanço decisivo da dissertação para doutoramento em Estudos Africanos que espero entregar formalmente este ano no ISCTE.

A responsabilidade da actual versão é inteiramente minha.

Carlos Sangreman

INTRODUÇÃO

A Guiné - Bissau tem um historial de inquéritos às famílias que no conjunto da África Subsaariana é notável. O primeiro conhecido é de 1980/81, seguindo-se outro em 1986/87 com amostra válida essencialmente para Bissau, ambos com a finalidade principal de obter um padrão de despesas das famílias que permitisse o cálculo de um índice de preços¹ - o que acontece ainda hoje com base no cabaz de 1986, com adaptações decorrentes dos inquéritos posteriores. No âmbito do programa Social Dimensions of Adjustment in Sub-Saharan Africa (SDA) do Banco Mundial, foi realizado em 1991 o terceiro, com cobertura de todo o país, e está em curso um quarto em 1993/94.

Da brochura de resultados apresentados para 1981 (dos quais existem dois ou três exemplares em fotocópias em péssimo estado) dizem-nos que cobriu os centros urbanos mais importantes do país mas a informação detalhada sobre a metodologia já se perdeu, tal como os boletins e os resultados em bruto. Referiremos tanto quanto possível esses resultados para comparação histórica.

Do inquérito de 1986, que foi objecto de novo apuramento em 1989 no Banco Mundial por o primeiro ter desaparecido, os boletins foram destruídos, mas existe ainda a matriz de resultados em bruto no país e possivelmente em Washington, os quadros e a metodologia adoptada bem como a listagem das famílias inquiridas e moradas respectivas.

Do inquérito de 1991 existem os boletins e os primeiros resultados apurados à espera de divulgação. Os ficheiros em bruto supõe-se estarem no país mas, para este estudo não foi possível utilizá-los².

O estudo sobre a evolução da pobreza através dos níveis de vida entre 1986 e 1991 tem por objectivo um período que corresponde ao início do programa de ajustamento estrutural que ainda continua hoje em dia.

Pretendemos aproveitar anteriores trabalhos designadamente o estudo de Dianne Marleau de 1989 sobre o alívio da pobreza que trabalhou dados de 1986 e o perfil de pobreza, produzido pelo Banco Mundial para o seu Relatório sobre a situação da pobreza em 1993.

¹ Existiu outro índice em 1978 calculado para 19 produtos da cidade de Bissau com ponderadores definidos com base no consumo das famílias de funcionários da Direcção Geral de Estatística.

² Pois o Banco Mundial mantém o programa de acesso ao SAS em regime de aluguer temporário contribuindo assim para o atraso na formação de capacidades humanas de estudo e análise no país, em flagrante contradição com as suas próprias directivas gerais. Da parte de Bissau não houve vontade de renovar um aluguer sem razão de ser.

A metodologia seguida provém de uma adaptação da que o Banco Mundial utiliza e está expressa no Poverty Handbook de 1992 e em estudos sobre países africanos como Cote d' Ivoire (1990), Ghana (1992), Malawi (1990), Mali (1993), Gâmbia (1993), Uganda (1993) e Cabo Verde (1993).

Como tais publicações e estudos se dedicam mais à análise estática e pouco referem da comparação dinâmica entre dois períodos, procurámos bibliografia para tal e ensaiámos algumas inovações decorrentes de trabalho de investigação universitária e de troca de opiniões entre membros da equipa de elaboração. Foi também útil os comentários sobre o esquema feitos pelo técnico do Banco Mundial dr. Juan Villanova, por indicação do responsável da Divisão África, dr. Emmanuel Mbi. Os nossos agradecimentos a ambos.

O Anexo I destina-se a exemplificar, de modo tão compreensível quanto os autores conseguiram, o cálculo das diversas medidas de pobreza, adaptadas no estudo para medir os níveis de vida. Numa primeira parte dão-se as definições e numa segunda um exemplo prático de aplicação, com dados inventados, que serve de ilustração dos métodos de cálculo. A sua necessidade radica-se na dificuldade que os autores tiveram em encontrar textos onde fossem claros "os segredos da arte" e a bibliografia usada está incluída no ponto específico.

Como está em curso um inquérito às famílias no país com metodologia similar aos de 1986 e 1991 procurámos fazer uma referencia necessariamente incompleta aos resultados já recolhidos. A sua análise mais completa e a articulação com o presente estudo poderá ser objecto de um trabalho após o apuramento final, previsto para finais de 1994.

1 - A EVOLUÇÃO ECONOMICA E SOCIAL DA REPUBLICA DA GUINÉ-BISSAU 1986 - 1993

Os Recursos Humanos

Com uma população de um milhão de habitantes a GNB tem uma classe empresarial com pouca capacidade de gestão e de utilização dos meios financeiros e das modernas tecnologias, um numero de quadros superiores que sobe muito lentamente, continuando muitos estudantes a ficar no país onde estudam. Se a isto juntarmos , um índice de analfabetos de 69 % (feminino de 83 %), uma taxa de inscrição no ensino primário de menos de metade das crianças do grupo etário correspondente e de indicadores de saúde baixos, vê-se que o capital humano no país não traduz perspectivas muito optimistas.

A Produção

Os recursos naturais da GNB são turísticos, florestais, agrícolas - arroz, mancarra, castanha de caju, coconote, algodão e frutas - e piscatórios (havendo peixe, camarões e caranguejos, abundante nos rios do território e numa plataforma continental extensa), não existindo até ao momento produções reais ou potenciais mineiras ou energéticas de vulto.

A população activa, distribui-se em cerca de 82% pela agricultura e apenas 4 % na industria e 14% nos serviços (quase só administração pública central).

A estrutura da produção tem-se mantido entre 43 e 48 % do sector agrícola e pescas, produzindo em grande parte para o auto - consumo.

Uma parte dos sectores estagnaram todo o período como a industria transformadora em 6 %, a energia e água a subirem muito lentamente de 0,3 para 2,2 %, o comércio, restaurantes e hotéis que sobem até 1989 a 23 % para descerem a 18 % em 1993 (com as previsões de 1994 a apontarem para nova retoma) e a administração pública que mantém uma percentagem entre 9 e 11, subindo e descendo de forma irregular.(ver Quadro I)

QUADRO I
ESTRUTURA DA PRODUÇÃO POR SECTORES DE ACTIVIDADE

SECTORES	1986	1991	1993	1994
AGRÍCOLA,PESCA	46,4	46,6	44,9	43,4
INDUSTRIA TRANSF.	6,6	6,4	6,0	6,1
ELECTRIC. E AGUA	0,3	1,5	1,9	2,2
CONSTRUÇÃO	5,1	6,3	9,2	9,5
COMÉRCIO,REST.HOTEIS	18,4	17,6	17,6	19,6
TRANSPORTES E COMUN.	7,7	6,0	6,2	6,0
BANCOS,SEGUROS E OUT.SERV.	2,2	2,9	2,6	2,6

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	12,2	11,0	10,5	8,9
PIB c.f.	98,6	98,3	98,8	98,3
DIREITOS S/IMPORTAÇÃO	1,4	1,8	1,2	1,7
PIB p.m.	100,0	100,0	100,0	100,0

 Fonte: INEC, Bissau, Guiné-Bissau, Julho 1994.

O sector agrícola, que consiste numa mistura de pequenas propriedades e dalgumas de dimensão média de 7,6 ha³ (as pontas) , depende muito das condições climáticas do ano em curso, pois mesmo as maiores propriedades fazem um uso muito limitado de maquinaria (16 %), tractores (1 %), fertilizantes (5 %) ou pesticidas (1 %).

Antes da independência, vinte anos atrás, os bombardeamentos da guerra colonial destruíram uma parte importante dos diques que permitem cultivar arroz em terras que o mar pode invadir. A sua recuperação leva, em teoria, cerca de seis anos. Pós - independência o sector manteve as técnicas e organização tradicionais com poucas melhorias. Apenas recentemente começaram a espalhar-se as descascadoras de arroz, aumentando a produtividade e libertando as mulheres do pilão. Começou também a acentuar-se o fenómeno, visto noutros países, de abandono da actividade agrícola por parte das gerações mais novas, pelo menos fora da época das colheitas e sementeiras.

Podemos classificar a produção agrícola em dois grupos de produtos: os destinados ao mercado interno e os exportáveis. Os primeiros são o arroz, outros cereais, frutos e o óleo de palma; os segundos são o amendoim, o coconote, a castanha de caju e o algodão.

A segurança alimentar na Guiné - Bissau está dependente do arroz, base da alimentação; desde há vários anos, apesar do aumento da produção, (Ver Quadro II) que o crescimento da importação deste produto é constante para fazer face sobretudo ao abastecimento á cidade de Bissau, e possivelmente como meio de pagamento dos produtos do meio rural e de troca com os países de fronteira terrestre.

³ Segundo o Censo de 1991 que conta 1098 pontas cobrindo 8360 ha, com apenas 7 % com mais de 20 ha.

QUADRO II

PRODUÇÃO DE ARROZ PER CAPITA

Rubricas	1986	1989	1990	1994/5
Arroz (mil ton.)	125,0	162,4	160,0	126,4
População	886	943	965	1002
Média gramas/dia	0,391	0,478	0,460	0,344

Nota: População estimada a partir da TMCA entre os censos de 1979 e 1991. Em 1994/5 dados do BM.

Fonte: Banco Central GNB, FMI/Recent Economic Developments, cit. por Guimarães, E e Relatório da FAO/CILSS, 1995.

Aliás se compararmos as médias de consumo por pessoa obtidas a partir dos inquéritos às famílias e a média produção / pessoa , sem sequer contarmos com a importação, concluiremos ou que a produção chega perfeitamente para as necessidades de consumo e o arroz só é importado porque é utilizado para os outros fins citados, ou então que na cidade de Bissau se consome muito menos do que no resto do país; o que a ser verdade nos parecem diferenças exageradas cerca de 100 gr por cabeça por dia, que dariam para uma família de 6 pessoas 18 kg a menos todos os meses.

As exportações concentram-se nos produtos referidos, com o algodão apenas em início, e muito dependente de fundos externos. A evolução dos preços internacionais (Ver Quadro III) fez abandonar o amendoim e o coconote a favor da castanha de caju, que subiu entre 1983 e 1987 mas depois começou a baixar.

Segundo cálculos de E. Guimarães sobre séries fornecidas pelo BCGB, FMI e BM, os produtores recebem uma parte reduzida do valor de exportação: o rácio Preço ao produtor / Preço de Exportação, em pesos, foi de 24 % para a castanha de caju (84/89), 37 % para o coconote (84/89), 15 % para o algodão (87/91) e 47 % para a mancarra (85/90). Isto a preços oficiais mínimos garantidos pelo governo a partir de 1987. A diferença fica nos impostos e sobretudo nos intermediários, que assegurando a comercialização pagam-se pelas dificuldades e ignorância dos produtores dos mecanismos e meios para conseguir exportar.

QUADRO III

PREÇOS INTERNACIONAIS DE PRODUTOS EXPORTADOS

Produtos	1986	1989	1991
Mancarra	100,0	130,3	132,4
Coconote	100,0	156,8	116,5
Caju	100,0	87,8	80,8
Algodão	100,0	125,6	156,2
Peixe	100,0	161,5	d
Camarão	100,0	132,9	d
Madeira Bruta	100,0	94,5	d

Fonte: Banco Central GNB e FMI/Recent Economic Developments, cit. por Guimarães, E..

Apesar da evolução dos preços internacionais não ser muito favorável a estrutura das exportações mantém-se com uma dependência em mais de 50 % da castanha de caju. A queda verificada em 1992 arrastou a um descalabro nas receitas das exportações, que passaram de 20,5 para 6,5 milhões de dólares.

A estrutura das importações continua em todo o período com cerca de 40 % para bens de consumo que conjuntamente com os produtos petrolíferos prefaz mais de metade do total.

O Sector Público

O sector público no pós - independência dominava as actividades de comercialização interna e externa e distribuição de produtos. Para além disso tinha ainda o papel do maior investidor e empregador. As receitas da administração central, de origem no país, vinham de impostos sobre as famílias e o comércio externo e, em grande parte, sobretudo após 1986, de licenças de pesca vendidas a barcos estrangeiros.

A falta de eficiência das empresas estatais (em grande parte relacionada com a própria criação dessas unidades, ou muito dependentes do financiamento ou/e de matérias primas do exterior, ou fruto de acordos sem clara definição dos proveitos para o país) e os preços definidos administrativamente levaram a uma estagnação do comércio e a uma raridade de bens de consumo mais grave no campo que na cidade. O comércio de contrabando com o país vizinho assumiu proporções importantes e o mercado informal desenvolveu-se com a inflação a crescer de ano para ano.

A partir de 1983 e sobretudo de 1986 o governo resolveu começar a liberalizar preços e a deixar circular os comerciantes, registando-se um grande aumento de registados (de 600 em 86 passam para 3000 em 89) e de produtos á venda. A

expansão do comércio parece estar apenas dependente das comunicações e da organização do crédito.

O sector da Administração Central emprega um numero alto de funcionários públicos com uma produtividade e salários muito baixos, tendo vindo a perder os quadros técnicos para o sector privado, à medida que este se desenvolve.

O Sector Financeiro

O sistema bancário e financeiro da Guiné - Bissau era até 1986/7 pouco mais do que inexistente. Funcionava apenas como distribuidor de notas e de moedas criadas pelo governo. Nem juros pagava pelos depósitos que eram efectuados no seu único banco.

Actualmente tem três bancos: um central sem funções comerciais e dois privados com participação do governo, de privados e de bancos portugueses. Mas mesmo hoje muito poucos serviços financeiros estão á disposição dos particulares; e se vivem fora da capital, ainda pior pois só o BIGB tem delegações em Bafatá, Gabu e Canchungo. O sector comercial informal e a agricultura dificilmente chegam ao crédito, e instituições especializadas em investimento não há.

O papel que o Estado assumiu na economia e sociedade em geral durante anos levou a que as suas despesas aumentassem sem contrapartida de receitas. Tal diferença foi financiada pela emissão de moeda, por créditos externos e por donativos internacionais, acumulando uma divida externa enorme em relação aos recursos do país e uma dependência absoluta do exterior. Só o serviço da divida no período 1986 - 1990 foi em média 80 % das exportações⁴, já com os reescalamentos conseguidos no quadro do PAE.

O aumento da moeda em circulação sem contrapartida produtiva alimenta a inflação e o valor da moeda guineense - o peso - desce em termos reais embora fosse mantida artificialmente uma paridade que só fazia frutificar o mercado paralelo de câmbios, com valores duplos ou triplos dos oficiais, que só nos anos de PAE perdeu significado.

QUADRO IV

DIFERENCIAL OFICIAL/PARALELO DA TAXA DE CAMBIO

1986	170,0
1989	34,0
1991	22,0
1992	8,1
1993 *	5,1

* Cinco meses

⁴ Banco de Portugal, 1991.

A Balança de Pagamentos reflecte este estado da economia e as importações (para cada dólar exportado importou 4,5 entre 1980-86) privilegiam desde a liberalização do comércio externo os bens de consumo final em detrimento dos de equipamento ou matérias primas.

O saldo Exportações - Importações da Balança Comercial oscilou entre -41,5 milhões de dólares em 1986, -38,6 em 1989, -44,97 em 1991 e por fim -31,28 em 1993 (proj.), dando pouco sinal de possível recuperação.

Por cada dólar exportado a Guiné - Bissau importou 5,3 em 1986, 4,8 em 1989, 3,3 em 1991 e com dados projectados 2,2 em 1993. E se estes elementos têm uma tendência para melhorar, a dependência de um único produto - a castanha de caju - e a origina descidas súbitas como em 1992, onde as importações foram 13 vezes as exportações.

A queda da ajuda externa à Balança a partir de 1991 coincide com os saldos da BTC mais negativos de todo o período.

Assim a teoria diz que uma desvalorização deve aumentar as exportações por fazer crescer a competitividade. O problema é que as importações também têm crescido e com o volume que apresentam levará vários anos até atingirem algum equilíbrio estável.

Noutros países do mundo a ano de eleições é geralmente ano de aumento de importações. Se isso se verificar teremos uma Balança novamente em retrocesso em 1994, apesar das previsões optimistas para 1993.

Preços e Rendimentos

Quanto a preços a taxa de inflação medida pelo IPC calculado para a cidade de Bissau dá-nos uma evolução que podemos comparar com os salários da função pública. (QUADRO V)

É evidente que se ignora qual a diferença entre a evolução dos preços no campo em relação à cidade, mas os dados são suficientes para se poder verificar a perda de poder de compra dos vencimentos formais da Administração Pública quer a nível de funcionários com poucas qualificações quer a nível técnico.

Julgamos que os salários da função pública ainda têm o papel em Bissau de ponto de referencia para o sector privado, embora com tendência para um diferencial cada vez maior. Mas os dados escasseiam para confirmar estas suspeitas.

QUADRO V
IPC e Índices de salários da função pública

	Índice de Preços no Consumidor		Salários da F.P.	
	ANUAL	BASE 86=100	LETRA L	LETRA F
1986	45,0	100,0	100,0	100,0
1989	80,8	808,97	-	-
1991	57,7	1695,67	668,5	671,5
1993	48,2	4258,88	1409,2	1326,4

Fonte: Dados de tabelas de salários da F.P. e INEC

A desvalorização dos salários bem patente nestes números não permite todavia tirar a conclusão da degradação do nível de vida dos funcionários públicos. Cabe aqui remeter para uma análise mais complexa das estratégias de vida das famílias. Quanto aos funcionários de letras mais baixas, já em 1986 se dizia que só permaneciam no funcionalismo pelo arroz; isto é pelos produtos subsidiados distribuídos ou vendidos a preços muito baixos. Os bens - casa, carro, electricidade e telefone pagos, a possibilidade de viajar, a maior facilidade de chegar a bolsas, estágios, etc. - que acompanhavam os postos de mais exigência de responsabilidades política ou técnica, faziam parte da estrutura existente e a sua diminuição nos anos do PAE deve ter tido um peso decisivo na acumulação de fontes de rendimento familiar.

O Enquadramento Internacional

A GNB está situada no que é hoje o Continente mais pobre do mundo. Faz parte dum grupo de países que produz apenas 1,4 % do PNB mundial em contraste com 82,7 % dos mais ricos, e cujo Investimento tem crescido a taxas negativas desde 1980. E utilizando indicadores sociais (Esperança de Vida à nascença, Taxa de mortalidade até aos 5 anos e Alfabetização de adultos) se tomarmos os países industrializados como valor 100 a Guiné teria 39.

Tal situação surge sobretudo na década de 80-90 e tem a ver não só com o pouco sucesso de políticas económicas dos países da área mas também com as políticas anti recessão dos países industrializados pós choques petrolíferos a subida das taxas de juro internacionais que passaram de 0,97% em média de 74 a 79 para 5,85% no período de 80-89; a acompanhar esta subida viram-se os preços das matérias primas baixarem continuamente com poucas excepções desde 1974 (e provavelmente continuarão pelo menos para aquelas que os países da ex-URSS e China produzem). A falta de acordo na regulamentação do Comércio Internacional tem levado à imposição de barreiras nos países industrializados aos produtos vindos de zonas produtoras de matérias primas, a subsídios à produção agrícola na Europa e EUA que falseiam a formação dos preços a favor dos produtores e à imposição de taxas sobre a importação de produtos variando com o VAB neles incorporado e que limita claramente o desenvolvimento industrial noutros países, criando um ambiente internacional nada propicio a que as políticas económicas de estabilização e ajustamento estrutural tenham sucesso.

Com o Investimento no Continente a ser sustentado em 43,4 % nos anos 80 por fundos externos, a África Subsaariana tem pouca capacidade para concorrer com a apetência por investimentos nos países de Leste, com infra estruturas e capital humano de nível mais alto, fazendo acreditar numa rentabilidade garantida do capital investido (para além das motivações políticas óbvias) e mesmo com uma previsível abertura da China e da Indochina a quem busca mão-de-obra barata.

Como referencia positiva refira-se que a atitude face à dívida dos pequenos países é hoje claramente mais favorável a reescalamentos e perdões, se bem que subordinada ao modelo político de democracia parlamentar com eleições decalcadas

da Europa, e que embora existam muitas vozes à procura de alternativas ainda não se definiu nenhum outro modelo aceite fosse por que país fosse.

O Período Pos-Independência

A guerra pela independência terminada em 1974 encontrou o país com um grau de desenvolvimento extremamente baixo, sejam quais forem os indicadores utilizados; isso significa que as estruturas físicas como estradas, hospitais, instalações portuárias, electricidade, etc., e os recursos humanos em operários especializados, quadros médios, técnicos superiores, alfabetização geral da população, não estavam preparados para um processo de desenvolvimento acelerado, tendo sempre que recorrer a grandes ajudas externas.

As opções governamentais quanto ao modelo desenvolvimento a seguir tomaram a industrialização do país como prioridade máxima, através de um programa de investimentos públicos e uma secundarização da agricultura; isto a par de uma centralização de decisões no aparelho de Estado e na estatização das empresas comerciais e industriais existentes e a criar. Mas o capital investido nos projectos industriais, dos quais 50 % em Bissau, teve uma rentabilidade muito baixa, fosse pela falta de quadros técnicos e de gestão, pela falta de matérias primas nacionais, ou pelos erros de planeamento da dimensão e tipo de unidades instaladas (dois exemplos: uma fábrica de descaroçamento de algodão com capacidade para doze mil toneladas/ano quando a produção nacional andava pelas mil e quinhentas; uma linha de montagem Citroen completamente dependente do exterior e que produziu 150 carros e fechou).

O sistema de comercialização estatal com controles por regiões que funcionavam como autenticas fronteiras e a definição de preços por parte do governo sem ligar á oferta e procura dos mesmos, levou a uma paralização da actividade dos privados, crescendo o mercado paralelo e as actividades ilegais com o país vizinho. Em contraste as empresas estatais estagnavam enfrentando permanentemente a falta de peças e de energia. A capacidade utilizada foi baixa sendo estimada em 20-25 % da instalada.

Os poucos incentivos á produção agrícola e a manutenção de preços baixos para a produção maioritária que é o arroz juntaram-se a um período de chuvas irregulares em 1977 e 79/80, dando a nível interno uma escassez de alimentos sobretudo em Bissau e originando um deficit da Balança de Pagamentos e uma divida externa muito grande para o país e um deficit orçamental financiado sistematicamente pelo Banco Central que só alimentava a inflação.

Os Desequilíbrios e os Modelos de Desenvolvimento até 1993

A partir de finais de 1982 o governo que assumira o poder em 1980 conseguiu definir uma estratégia de desenvolvimento que pretendia emendar os erros anteriores. Assim a Agricultura, Florestas, Pescas e Minas eram considerados os sectores prioritários e definia-se como orientação o equilibrio das contas externas e o desenvolvimento a médio-longo prazo com alguma diminuição do papel económico do Estado.

Em 1983/84 essa estratégia concretizou-se num I Plano de Desenvolvimento e num Programa de Estabilização com o apoio das organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que consideravam como eixos básicos da sua acção o saneamento da situação económica e financeira, a liberalização dos circuitos comerciais e económicos, a definição de critérios para a ajuda externa e a manutenção do controlo da economia por parte do Estado.

Mas esse Plano teve pouco sucesso continuando a haver diferenças substanciais entre o preço no produtor agrícola e o preço no consumidor, o mercado paralelo de divisas e de bens de consumo, e os desequilíbrios externo e do Orçamento.

As razões de tal insucesso tem a ver com o atraso na concessão de fundos de ajuda externa, a lentidão das reformas do aparelho de estado que manteve a sua ineficácia, a continuação da admissão de funcionários públicos (passaram de 19.455 em 1977 para 26.306 em 1986), o funcionamento das empresas estatais; as despesas orçamentais continuaram a ter saldo negativo e a ser financiadas pelo banco central num processo gerador de inflação e logo de deterioração do poder de compra das populações; a produção agrícola melhorou mas continuou a registar oscilações em função das chuvas, o comércio continuou na mesma uma vez que a liberdade de circulação de mercadorias e de importação pouco mudou. A dívida externa cresceu e o investimento público não respeitou as prioridades do Plano, andando muito ao sabor das opiniões e dos interesses dos ministros e de financiadores externos.

Em 1987 o governo procurou continuar com um II Plano que mantinha as mesmas orientações, defendendo que as alterações não podiam originar "um desenvolvimento descontrolado do sector privado que poderia provocar um aumento excessivo das desigualdades e principalmente uma desestruturação da economia rural". Procurava-se organizar a produção conjunta de empresas públicas, privadas ou mistas, cooperativas ou associações e produtores individuais, acompanhadas por uma maior liberalização na circulação de pessoas e bens e no comércio interno e uma desvalorização deslizando de ritmo moderado. Queria-se evitar medidas como o despedimento de funcionários públicos ou a diminuição da importancia no orçamento público de sectores sociais como a saúde, educação, cultura e desporto, justiça e segurança, considerados decisivos no longo prazo.

Mas as organizações internacionais faziam uma leitura mais radical dos insucessos até aí verificados, e apresentaram uma proposta de política económica de um programa de estabilização e ajustamento estrutural com grandes mudanças em relação à lógica de desenvolvimento subjacente aos Planos. Essa proposta que foi aprovada pois o país não podia prescindir da ajuda externa, alterava o papel do Estado, aumentando o da iniciativa privada considerada o motor do desenvolvimento, orientava a produção agrícola para produtos que fossem exportáveis em prioridade sobre aqueles destinados só ao mercado interno, procurava atrair investimentos estrangeiros, liberalizava completamente o comércio e por fases os preços de todos os produtos, incluindo a taxa de cambio que se deveria aproximar da que se

praticava no paralelo através de uma progressiva desvalorização da moeda. Os sectores prioritários eram a Agricultura, Comércio, Transportes e Serviços Financeiros. Aceitava-se a ideia de uma subida imediata da taxa de inflação e supunha-se que o país se comprometia a seguir essas medidas para obter o reescalonamento/perdão da dívida externa que nessa altura já era claro que nunca conseguiria pagar.

A diferença entre o modelo de desenvolvimento seguido pelo I e II Planos e a proposta do FMI/BM tem a ver com o facto do governo continuar a pôr numa prioridade alta os objectivos de desenvolvimento de médio e longo prazo, a subordinar as medidas de mais curto prazo a essas questões e a pensar que as falhas de aplicação são inevitáveis devido ao atraso do país; as organizações internacionais consideram a situação tão desequilibrada que as medidas de curto prazo se impõem, atendendo muito pouco a possíveis consequências para os projectos de longo alcance. Para além desse aspecto há opções diferentes quanto ao papel dos preços livres ou fixados pelo governo, quanto ao Estado pouco ou muito interveniente na economia, quanto a tentar organizar a produção a partir de instituições ou deixar que sejam os agentes económicos por si a fazê-lo.

Os Resultados

A análise dos resultados das medidas de desenvolvimento passou a ser fundamental para o país, pois as organizações internacionais fazem depender duma evolução positiva a libertação de novas "tranches" de fundos.

Mas a definição de qual a metodologia de análise ainda não está estabilizada na comunidade internacional com organizações e investigadores a defenderem variáveis síntese diferentes : a Taxa de Mortalidade < 5 anos da UNICEF, o Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD, o PIB per capita com paridade de preços, o Índice de Sofrimento, etc.. A sua proliferação tem tido dois efeitos : por um lado o PIB por pessoa, sem correcções, continua a ser o mais usado, por outro surgem cada vez mais opiniões sobre a incorrecção de utilizar apenas uma variável de síntese para avaliar o desenvolvimento num dado período de tempo.

Dado o objecto do nosso estudo a variável a considerar seria o nível de vida. Com efeito a evolução do nível de vida reúne elementos de síntese quantificáveis ou não; é além do mais o fim último anunciado de todas as políticas : melhorar o nível de vida das populações.

Mas não é fácil conseguir dados de avaliação. O primeiro elemento que queremos citar é a estrutura do Investimento Público, actualmente coordenado pelo Programa de Investimento Público (PIP) e que é financiado em mais de 90 % por ajuda externa.

Em qualquer deles os esforços governamentais para um investimento regular não existe. A evolução sugere que depende unicamente de factores aleatórios, como os donativos,⁵ e a prioridade definida em diversos documentos para a educação e saúde não nos parece ter sido cumprida no conjunto destes anos.

⁵ Que em 1990 são 90 % da educação e 21 % da saúde.

QUADRO VI

Estrutura do Investimento público nos sectores sociais

Sectores	1986	1989	1990	1992
Educação	3,6	3,9	22,2	11,9
Saude	4,0	7,1	3,8	7,8
Cultura	0,4	0,2	0,1	d
Informação	0,4	8,6	0,9	d

Fonte: Proposta do Programa de Investimento Público, 1991
Para 1992, Aguilar1(1993).

Quanto aos sectores principais da educação e saúde, pode-se constatar com dados citados pela UNICEF que a educação a nível de ensino básico tem registado uma estagnação com tendência para decrescer das taxas de escolarização, como se vê no Quadro VII, sendo continuo o decréscimo da taxa feminina.

Estas taxas, um abandono de 15 % e um analfabetismo em 1991 referido pela UNICEF (1993) como sendo 50 % para os homens e 76 % para as mulheres⁶, vinte anos depois da fundação do Estado, não abonam nada a favor do desenvolvimento humano promovido pelos vários modelos seguidos.

Para mais quando a estrutura etária da população revela uma percentagem muito alta de jovens - mais de 50 % tem menos de 20 anos - fruto não só da taxa de natalidade alta mas também da esperança média de vida apesar de ter passado de 39-41 anos para 47 se manter muito baixa.

QUADRO VII

Taxas de escolarização no EBE (7-12 anos)

Anos	Total	Masculina	Feminina
1981/82	44,1	55,3	32,2
1988/89	39,1	49,8	28,5
1989/90	39,9	51,3	28,4
1991	32,4	37,8	25,6

Fonte: MEC, Anuários Estatísticos.
Para 1991, INEC.

⁶ Embora outras fontes indiquem 83 % para as mulheres.

Os indicadores da saúde confirmam esta ideia com uma taxa de mortalidade infantil que teria passado de 154 por mil em 1979 e que estaria em 1991 em 146 por mil⁷, revelando uma evolução positiva muito tímida, apesar dos Planos Nacionais de Saúde que existem desde 1976.

A UNICEF afirma que de 1987 a 1990 as taxas de cobertura de saúde básica se tem deteriorado não só pelo crescimento da população como pela diminuição do numero de Centro de Saúde em funcionamento.

Desenvolvimento auto - sustentado

As referencias feitas anteriormente à dependência de donativos dos sectores sociais e do investimento público⁸ em geral não deixa duvidas que globalmente os modelos de desenvolvimento prosseguidos no país não originaram para já um crescimento auto - sustentado.

No entanto a orientação do PIP em 1992, com 34 % para infraestruturas e 20 % para o desenvolvimento rural, sobretudo agricultura, aponta para uma prossecussão coerente dos objectivos prioritários definidos.

Para tentarmos verificar se a tendência seguida tem conseguido caminhar nesse sentido do ponto de vista económico, vejamos que as importações de Material de Construção, Equipamento de Transporte, e Material Eléctrico são 43 % do total em 1986, 35 em 1989 e 40 em 1991.

Esta tendência de quebra seguida de retoma pode articular-se com a evolução do investimento, que como se pode ver no Quadro VIII tem o mesmo sentido de evolução. De referir que o consumo final e o privado em particular crescem sempre com maiores taxas, excepto no primeiro período.

Estas taxas não nos permitem concluir que tem havido um esforço firme no sentido de dotar o país dos bens de capital necessários a um desenvolvimento constante e apoiado.

Quanto à área financeira pensamos que a diminuição do diferencial da taxa de cambio que revela uma intervenção continuada para um saneamento do mercado. É também certo que a diversificação e abertura aos privados da banca são um bom contributo para um mercado que funcione. Já outros indicadores da mesma área como o crédito concedido ao governo, não nos permitem afirmar que o país esteja livre de súbitos desequilíbrios.

⁷Ver UNICEF 1993, Análise da situação das crianças e das mulheres na Guiné-Bissau.

⁸ Financiado em 2,7 % por recursos internos em 1992.

QUADRO VIII

Crescimento real do investimento e consumo publico e privado

	FBC	CF	CP
1986 -> 1989	15,9	7,9	10,0
1989 -> 1991	0,9	3,4	4,0
1991 -> 1993	5,1	4,9	5,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Censos (INEC) Julho, 1994.

Tudo isto não nos deixa ter uma opinião muito positiva sobre outro elemento fundamental para um desenvolvimento sustentado que é o exercício de gestão pública com eficiência. A perda de quadros superiores por saída do país ou para outros sectores de que se fala muito mas da qual há poucos dados, continua a fazer com que possa variar no curto prazo a competência com que um área do aparelho de Estado funciona, seja no sentido positivo seja no negativo.

Pensamos que não há duvida de que o país tem caminhado num sentido positivo, mas pouco e com muitas hesitações e retrocessos.

2- A METODOLOGIA DE ANÁLISE DO BEM ESTAR/POBREZA E SUA APLICAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

Os efeitos da política económica de ajustamento e estabilização sobre o nível de vida da população constitui uma área de conhecimento onde a comunidade científica internacional ainda procura estabelecer as definições, conceitos e modos de operacionalização que permitam uma análise mais padronizada, um desenvolvimento da teoria que a suporta e um melhor fundamento das políticas económicas.

A literatura especializada actualmente tem tendência para considerar três grandes níveis de bem estar: os não pobres, os pobres e os muito pobres.

Tal tendência que se tornou dominante no seio das organizações internacionais coloca o conceito de pobreza no centro de toda a análise do bem estar e implica a sua definição.

A pobreza é um conceito multidimensional e evolutivo. Pretende-se dizer com isto que os elementos determinantes da sua existência a nível de um país, de uma região, de uma determinada formação social ou de uma família, são em numero e natureza variável, seja num mesmo tempo seja em diferentes espaços e tempos.

Pensamos que a pobreza - partindo neste momento de uma noção de senso comum como: "situação de privação de satisfação⁹ de necessidades por parte ou pelo total da população" - é um fenómeno diferente da indigência ou situação dos muito pobres.

Consideramos a indigência como a incapacidade permanente dum parte da população de pela sua própria actividade se manter viva.

A essa noção de indigência corresponde o que diferentes autores chamam pobreza absoluta ou pobreza primária. Essa pobreza absoluta tem níveis diversos que vão desde aquela parte da população que apenas sobrevive se lhe forem proporcionados recursos originados em actividade produtiva de outras populações (que assumem a designação genérica de subsídios num país quando proporcionados próprio Estado ou ajuda de emergência em termos internacionais) até à população que se situa num ponto de satisfação de necessidades que está permanentemente a oscilar na vizinhança do mínimo de sobrevivência. Num clima em geral quente como o da África Subsaariana essa indigência mede-se pelo nível de satisfação alimentar em função das calorias mínimas ingeridas e analisa-se entrando em conta com a existência da família alargada como factor determinante para a permanência da situação.

Mas julgamos que o fenómeno da relação entre níveis de bem estar se deve analisar em termos relativos. Isto é pela relação da situação de satisfação de uma parte da população em função da satisfação conhecida de outra parte da população ou de populações de outra zona geográfica.

Se considerarmos a satisfação como um fenómeno decomponível, isto é, se pudermos isolar a satisfação correspondente a cada acto de utilização de recursos R_m de qualquer natureza teremos uma função Utilidade definida como a satisfação da unidade j pelo acto i :¹⁰

$$U_{ij} = s(A_{1j}; R_1; R_2; \dots; R_m)^{11}$$

⁹ Satisfação é um conceito primário cuja definição só pode ser feito em termos pouco precisos como "prazer resultante da realização do que se espera, do que se deseja" (Koogan, Larousse, 1979); ou "État qui résulte de l'accomplissement de ce qu'on demandait ou désirait" sinónimo de alegria, contentamento, prazer (Larousse, 1986).

¹⁰ Note-se que estamos a diferenciar a utilização de recursos da possibilidade ou disponibilidade de uso. Consideramos esta ultima um fenómeno muito pouco observável com um mínimo de fiabilidade pela complexidade e contradições que encerra. Ou seja quem usa os recursos a que tem acesso usufrui um determinado bem estar; quem pode dispor dos recursos mas não os utiliza não tem o bem estar correspondente. Quem tem muito dinheiro mas não consome tem menos bem estar do que quem tem menos mas consome mais.

¹¹ A definição feita em termos de um acto e um recurso levaria a contradições como a de considerarmos que todos os indivíduos que se alimentassem de um determinado produto teriam a mesma satisfação independentemente de outros recursos como habitação, vestuário, etc. Uma galinha comida no meio do mato enquanto se apanha o arroz proporcionaria a mesma satisfação que comida numa boa habitação com cerveja. Não nos parece correcto embora se pudesse ter longas discussões mais ou menos filosóficas sobre o assunto.

Os recursos considerados podem ser expressos como um conjunto de elementos como alimentos, condições de habitação, vestuário, serviços de saúde, educação, actividade económica, saneamento, segurança, participação na vida comum, religião, família, etc., que têm a sua existência como fazendo parte dos bens em sentido lato que as populações consomem ou aspiram a consumir.

A composição desse conjunto depende da tecnologia e dos valores sócio económicos dum tempo histórico e duma zona geográfica, podendo a sua origem num determinado momento e espaço ser a actividade individual ou colectiva, nacional ou exterior a essa zona.¹²

Mas a consideração da existência da utilidade individualizada na análise de um fenómeno tão complexo e com uma dimensão social tão clara, leva-nos a tomar a hipótese de que a agregação das utilidades pela mesma unidade de observação (família ou individuo) se traduz num nível diferente de satisfação a que chamaremos bem estar:

$$W_j = f(U_{1j}; U_{2j}; \dots; U_{ij})$$

Teríamos assim que o bem estar (W_j) de uma unidade de observação é composto pelo conjunto das diferentes utilidades, cada uma delas por sua vez função da satisfação obtida pela utilização de recursos.

Literariamente pode ser definido como a satisfação sentida por uma unidade de observação pela utilização de vários recursos ao longo de um período de tempo, com diferentes graus de simultaneidade. Corresponde à situação real de, por exemplo, não ser possível decompor por origens a satisfação que se sente por um acto de alimentação de gosto agradável feito numa habitação considerada boa, vestindo roupa que sentimos confortável. E para além disso os sucessivos actos de utilização de recursos constituem um conjunto indissociável na prática e ao qual chamamos bem estar.

Mas o bem estar é um fenómeno social, de conjuntos de elementos da população, logo interessa-nos tomar a hipótese de que os diferentes W_j individuais podem ser agregados passando a constituir o bem estar de parte de uma população:

$$SW_k = g(W_1; W_2; \dots; W_j)$$

E dizemos "parte da população" porque pensamos que em sociedades estratificadas por elementos sociais, económicos e culturais que não são no

¹² A tecnologia das pilhas, dos pequenos geradores ou dos painéis solares transportáveis e resistentes permite hoje ter televisão a funcionar em locais onde nem electricidade existe. Tal facto altera os padrões de referencia de consumo de populações que passam a aspirar usufruir dos bens que vêm serem correntes noutros locais mais ou menos distantes.

actual tempo histórico comuns a toda a população e, mais do que isso, não são em grande parte mescláveis, transformáveis uns nos outros, existem lógicas de satisfação diferentes, agrupáveis por elementos que variam de sociedade para sociedade.

A cada um desses conjuntos de unidades da população chamamos "grupo social". Logo:

Bem estar do grupo social k = Agregação do bem estar da família 1, da família 2, etc..

Há assim diferentes SW_k e a sua articulação constitui a formação social existente num espaço geográfico e num tempo histórico em evolução, que pode ou não coincidir com fronteiras políticas.

A formalização dará:

$$SW = h(SW_1; SW_2; \dots; SW_k)$$

$$SW_k = i(SW_1; SW_2; \dots; SW_j) \text{ com } k \text{ diferente de } j$$

Ou seja o bem estar do país é igual à articulação do bem estar dos diferentes grupos sociais nele existentes e, mais importante, dependem uns dos outros.

Caminhando no sentido da operacionalidade dos conceitos vamos considerar um conjunto de vectores compostos por diferentes actos de satisfação seja em grau seja em composição dos recursos envolvidos, que correspondem aos diferentes tipos de bem estar (SW_k).

Pensamos que os diferentes SW_k são função de elementos em parte comuns e em parte não comuns. Os elementos de consumo material tenderão a ser mais comuns aos diferentes SW do que os não materiais. E no espaço urbano mais do que no espaço rural. E alguns elementos são quantificáveis, como as despesas de alimentação, e outros são expressos só a nível qualitativo como a qualidade da habitação nos anos posteriores aos gastos que a originaram. Uns são detectáveis directamente família a família como as despesas e ofertas em vestuário, outros só os indicadores globais nos podem informar sobre o consumo, como a qualidade e limpeza das ruas e estradas, o ambiente, a saúde e, em parte, a instrução.

E, finalmente, sobre o conjunto do bem estar do país haverá elementos que apenas são detectáveis pelos indicadores de carácter mais económico e por uma valorização da sua importancia no bem estar : é importante o montante da dívida externa ? a taxa de cambio oficial longe ou perto do mercado paralelo tem a ver com o bem estar ? como se pode verificar se o desenvolvimento do país caminha para um estágio de auto sustentação da estrutura produtiva ou para uma dependência duradoura do exterior ?

Assim tomamos as seguintes hipóteses para uma sociedade africana em desenvolvimento¹³:

Primeiro: É possível ordenar os sub conjuntos W_j que formam os conjuntos SW_k , isto é, consideramos que é sempre possível para todos os elementos que constituem o bem estar de um grupo social k dizer quais as unidades de observação j têm um bem estar W melhor que outras unidades.

Segundo: Não é possível ordenar para todos os elementos do bem estar os diferentes grupos sociais SW_k . Isto é há elementos que compõem o bem estar de um grupo social que não são comparáveis com nenhum outro de outro grupo social diferente.

Terceiro: É possível ordenar os membros dos diferentes grupos sociais para alguns elementos que compõem o bem estar.

Quarto: A ordenação referida entre diferentes grupos sociais faz-se em relação a um modelo de bem estar que tem por referencia um espaço exterior às populações do espaço ou seja do país em causa: o modelo de desenvolvimento a que essa sociedade aspira.

Quinto: É possível ordenar os diferentes grupos sociais tomando um subconjunto dos elementos que compõem o seu bem estar se esses elementos forem comparáveis. Ou dito de outro modo é possível construir um indicador de síntese dos diferentes elementos comparáveis entre si que permitam a ordenação dos diferentes grupos sociais.

Numa sociedade como a africana, essas hipóteses correspondem a considerar que há elementos de bem estar que são desejados por todos os grupos sociais enquanto existem outros que são aspiração de apenas alguns mantendo-se separados seja qual for o modelo global que a formação social existente no país tenta construir.

Temos assim diferentes composições dos grupos sociais. Uma primeira e mais completa tomando em consideração todos os elementos que compõem o bem estar de cada um. Tal estrutura não é comparável entre grupos. Isto é não posso dizer que um grupo tem um bem estar superior a outro grupo. Logo não faz sentido definir neste contexto a pobreza. Mas posso ordenar as diferentes unidades dentro de cada grupo e dizer dentro de cada um quem são os muito pobres, os pobres e os não pobres.

Uma segunda composição tem a ver com os elementos do bem estar dos diferentes grupos que são comparáveis entre si. Por exemplo a alimentação e a habitação. Se existir um modelo de referencia conhecido é possível ordenar os membros dos diferentes grupos sociais de acordo com uma ordenação desses elementos. A escolha de uma norma para esses elementos permite dizer quem são os pobres, os muito pobres ou os não pobres.

¹³Utilizando uma noção de desenvolvimento abrangente como a das Nações Unidas: "Um processo pertinente, económico, social, cultural e político que visa a constante melhoria do bem estar do conjunto da população e de todos os indivíduos com base na sua participação activa, livre e significativa e na distribuição equitativa dos benefícios resultantes".

Os pobres serão os que estiverem afastados dos valores escolhidos para referencia. E quanto maior a distancia maior a pobreza. Assim, de acordo com estas hipóteses e consequentes definições a pobreza seria definida como o estado de bem estar que corresponde à realização de um numero de actos de utilização dos recursos mais afastado dos níveis do modelo de referencia, prevalecente na sociedade em análise.

O Espaço, o Tempo e a Unidade de Observação

Embora seja evidente que o espaço de bem-estar e pobreza a considerar está muitas vezes afastado das fronteiras políticas teremos de fazer essa hipótese. A razão principal é o objectivo do estudo em causa. Os efeitos da política económica são exercidos dentro dos limites políticos dos países, e pode variar muito o modo e o contexto geral de aplicação de medidas definidas teoricamente da mesma maneira.

Uma abordagem inter países e logo permitindo criar regiões com uma lógica de modelo e de bem estar idênticas é um trabalho de prazos muito superiores ao deste, e que surge na literatura como a tendência para as análises por grandes regiões tipo Europa, África Subsaariana, etc., ou por níveis de PIB per capita, mas que conheçamos, sem um nível de aprofundamento na linha que expomos atrás.

Dentro desse espaço "país" vamos debruçarmo-nos sobre a realidade urbana, a cidade de Bissau. Apesar de ser claro que o bem estar nos maiores centros urbanos se torna em cada dia mais diferente do bem estar nos pequenos centros e no campo essa escolha tem a ver sobretudo com a disponibilidade de dados para o inicio do período que vamos analisar.

O tempo a estudar vai incidir no período entre 1986/87 e 1991 com referencias a 1993. A primeira data é a da aprovação do primeiro Programa de Ajustamento e Estabilização e de um Inquérito às Despesas das Famílias. A segunda data é também de um Inquérito Ligeiro Junto das Famílias com metodologia semelhante.

Os dados de 1993/94 do Inquérito aos Orçamentos Familiares, no terreno até Agosto/Setembro 1994, serão referidos mas com o carácter provisório de apenas se dispor de parte dos boletins e de a critica global ao inquérito não estar feita e poder determinar alterações no apuramento definitivo

A unidade de observação vai ser a família, no sentido das pessoas que compõem um agregado familiar partilhando o mesmo alojamento, independentemente do sexo do chefe de família e da estrutura mono ou poligamica, de acordo com as definições dos Recenseamentos de 1979 e 1990, e dos inquéritos citados. Partiremos dessa unidade para o tratamento individual que se justifique.

Abdica-se portanto de tentar inquirir a distribuição intra familiar dos actos de consumo, questão não estudada no país.

Também não se vai assim considerar directamente a família alargada, e os seus laços de obrigações e solidariedade, importante em muitas regiões africanas

mas que os dados disponíveis não permitem abranger porque não foram concebidos para tal e que a definição dos programas de ajustamento e estabilização por regra não contempla.

Apenas na definição de uma dimensão de análise - a estratégia familiar - se entrou em conta com as actividades de todos os membros da família, residentes numa mesma unidade de alojamento.

A Variável de síntese

A escolha da variável de síntese remete para discussões teóricas sobre os elementos quantitativos e qualitativos e para o binómio rendimento/despesa das famílias.

A literatura especializada¹⁴ tende a concluir que a variável síntese que permite uma maior operacionalidade e ao mesmo tempo traduz com mais fidelidade o bem estar usufruído pelas famílias é a despesa por pessoa; com duas correcções: a escalas adulto equivalente para tomar em consideração as diferenças de consumo etário e por idades e os diferentes preços por região quando a análise abrange áreas mais vastas.

Tomam-se assim as despesas em detrimento do rendimento por considerar-se que os dados obtidos não permitem descrever correctamente as fontes de recursos das famílias. No caso da Guiné - Bissau isso é evidente nos inquéritos de 1991 (pois para 1986 nem sequer se pretendeu recolher elementos sobre as receitas mas só sobre as despesas) onde é raro o inquérito onde as receitas cobrem as despesas. Para a amostra de 1993 conseguiram-se melhores resultados mas só o tratamento de todos os inquiridos permitirá uma avaliação.

Essa variável está também de acordo com a definição teórica de bem estar feita atrás, assente na utilidade usufruída e não na disponível.

A Definição das Linhas de Separação dos Níveis de Vida

A análise dos níveis de vida num país em concreto corresponde a responder a questões do tipo:

- O que caracteriza os diferentes níveis de vida, em especial os mais baixos (como vivem, que casas têm, que saúde e instrução) ?
- Quem são e onde estão os grupos sociais dos vários níveis ?
- Foram sempre os mesmos grupos ou há alguma evolução na composição da população dos níveis mais baixos e dos mais altos ?

Para tal ser possível tem de se definir a partir de que ponto uma família passa a pertencer a um determinado nível de vida. E isso pode ser feito a partir de diferentes variáveis síntese : Quem tem carro e quem não tem; Quem tem uma casa moderna e quem não tem; Quem tem um determinado nível de rendimento/despesas e quem está abaixo desse limiar; Quem tem arroz para as necessidades médias da família e quem não tem; etc..

¹⁴ Ver para uma discussão sobre as diferentes variáveis possíveis Glewe, P. e Van der Gaag (1990).

O ponto principal dessa definição é escolher as chamadas Linhas de pobreza cuja principal característica é de ser quantificável¹⁵ de modo a poder tornar-se um instrumento de análise operacional.

Os métodos que se encontram na literatura podem descrever-se em geral de acordo com três padrões:

a) Valorização a preços de mercado de um cabaz de alimentos com teor calórico considerado mínimo para a sobrevivência saudável de um indivíduo. A esse mínimo alimentar adiciona-se o valor dos não alimentares obtido a partir dos coeficientes de Engels.¹⁶

b) Um valor obtido a partir da ordenação das famílias por rendimentos ou despesas per capita com ou sem correcção das escalas de consumo adulto equivalente e índices de preços regionais quando justificável. O valor da linha de separação dos pobres dos não pobres é aquele que separa 30 ou 40 % das famílias de mais baixo rendimento/despesa por pessoa. Os primeiros 10 ou 20 % são os muito pobres.

c) Um valor obtido a partir de dois terços (ou 4/5) da despesa real média per capita inquirida. Um terço ou 2/5 é a linha que separa os pobres dos muito pobres.

Todos os autores salientam que estes métodos são muito arbitrários.

Mesmo o primeiro, durante anos considerado o mais correcto, viu perder essa posição com o avanço da investigação sobre as calorias necessárias à vida de uma população; tais conhecimentos revelam que essa questão é muito mais complexa do que se julgava, tornando muito difícil a sua operacionalização. A recomendação hoje em dia é de que tal procedimento só deve ser utilizado se existir um inquérito nutricional específico no país, que dê um padrão de consumo mínimo por estrutura etária.

Como o nosso campo de análise é um espaço concreto de uma cidade em três períodos distintos o problema ainda se complica mais. Isto é, os indicadores mais gerais referem geralmente o país e não a cidade, o índice de preços disponível foi construído com base num conjunto de bens de consumo de 1986 muito diferente de 1991 e 1993¹⁷, os inquéritos de base têm diferenças de metodologia e de dimensão da amostra que em teoria não são suficientes para invalidar a comparação mas que noutros países¹⁸ originaram conclusões pouco credíveis.

Para a Guiné - Bissau existe uma linha definida em termos do cabaz alimentar com um mínimo de calorias por família a partir de tabelas de valores calóricos feitos para a Guiné - Conacry, num estudo feito para o Banco Mundial em

¹⁵ Ver Sen, A. (1976), Townsend, P. (1977) ou Altimir, O. (1981).

¹⁶ É o método mais antigo e que começou a ser praticado em Inglaterra nos finais do século passado e que dá origem ao que muitos autores chamam uma linha absoluta de pobreza.

¹⁷Embora tenha havido adaptações posteriores do cabaz.

¹⁸Ver Ravailon (1988 e 1993)

1989 por Dianne Marleau. Pelas reservas metodológicas já referidas que esse método coloca a diferentes autores, por não existir no país nenhum inquérito nutricional que forneça elementos nesse campo e porque tal linha de pobreza não teve qualquer aproveitamento na definição posterior de políticas sócio económicas no país, não nos parece correcto seguir essa via, ainda que os dados de 1986, 1991 e 1993 o permitissem.

Para mais a definição teórica de que partimos no ponto 1 deste capítulo põe ênfase na óptica relativa de análise dos níveis de vida, e queremos utilizar a mesma na própria escolha das linhas de separação dos diferentes grupos sociais, sob pena de cairmos nalguma incoerência metodológica.

Vamos tomar assim um intervalo que tenha o limite máximo no PIB per capita em 1986, que é de 59.843 pesos guineenses segundo as Contas Nacionais divulgadas pelo Banco Central em Maio de 1993 e por limite mínimo o valor da quantidade média por pessoa de arroz consumido em Bissau estimado pelo Departamento de Estudo e Pesquisa Agrícola do Ministério do Desenvolvimento Rural, para 1986, a partir da produção, importação e estimativa da população da cidade.

A escolha do limite mínimo tem a ver com o tipo de alimentação do país, onde o arroz é a medida da satisfação alimentar e que se come em todas as refeições em todos os dias por toda a população independentemente de etnias ou religião. A quantidade média mensal per capita obtida dos valores da produção e importação de arroz funciona como o limiar mais baixo da sobrevivência. Um ponto mais de indigência do que de pobreza, pois quem não tem o arroz mínimo para a família não pode ter família, e não tem outra alternativa senão colocar-se na dependência de outros familiares ou de alguém que esteja disposto ou que tenha a obrigação de o abrigar.

Teremos portanto um intervalo de [9.852 , 59.843] em Pesos anuais por pessoa a preços nominais de 1986, usando como dimensão média familiar a média para 1986 da evolução dos agregados familiares de Bissau entre os recenseamentos de 1979 e 1990 e para a população a evolução à TMCA entre o mesmo período¹⁹. O que equivale a [821, 4987] pessoa mensal.

Com a mesma metodologia teríamos para 1991 um intervalo de referencia de [187.044 , 854.004], também em valores nominais pessoa ano, equivalente mensal a [15587 , 71167].

Uma vez definidos os intervalos de referencia vamos escolher a linha de divisão entre pobres e não pobres atendendo à necessidade de actualização de 1986 para 1991.

Um primeiro método pode ser tomar para separação dos dois níveis de vida mais baixos em conjunto - os muito pobres e os pobres - do nível mais alto - os não pobres - o valor que engloba as famílias que têm os 40% mais baixos das despesas per capita, procedendo seguidamente à sua transformação em despesas adulto equivalente.

¹⁹ Admitindo que 75 % era obtido a preço subsidiado de 65 PG o kilo e o resto no mercado a 96,8 PG o kilo (Marleau, D., 1989).

Actualizaremos esse valor para 1991 e 1993 utilizando o índice de preços no consumidor calculado pelo INEC para a cidade de Bissau com base em Fevereiro 1986 = 100 para Alimentação, Bebidas e Tabaco:

Tal método permitirá manter a coerência da relatividade das linha de pobreza mas evitará enviesar a comparação com os resultados de 1991; o que aconteceria se repetíssemos o processo nessa data: haveria tendência para se manter o mesmo numero de famílias pobres e muito pobres²⁰.

Assim a linha que separa os pobres dos muito pobres é de 3400 pesos por pessoa mensal; a linha que separa os não pobres dos pobres é de 4500 pesos por pessoa mensal em 1986. Para 1991 com o do mês em que o inquérito foi feito, a linha baixa de seria de 45461 e a linha alta de 60170 pesos por pessoa mês.

A correcção que consiste em considerar as despesas adulto equivalente em lugar das despesas por pessoa leva a transformar essas linhas no seu equivalente de 5800 e 7800 pesos por adulto equivalente mensal, para o ano de 1986, e utilizando o mesmo método.

Para 1991 teríamos para linha baixa dos muito pobres 77500 pesos por adulto equivalente mensal e para linha alta de separação entre pobres e não pobres 109000.

Para 1993 a linha baixa será de 260000 pesos por adulto equivalente mensal e a linha alta de 350000, utilizando-se o IPC de Setembro 1993 data da maioria dos boletins utilizados neste trabalho.

As dimensões da análise

A primeira questão é escolher quais as características ou dimensões de análise que vamos utilizar de acordo com o enquadramento geral do país e com os dados disponíveis.

Podemos assim pensar que numa cidade como Bissau a análise se deve fazer de acordo com elementos sociais (por exemplo etnia, religião, sexo do chefe de família), condições de vida (tipo de habitação, água potável, iluminação, energia de cozinha), posse de bens (habitação, bens duradouros, animais), actividade económica (profissão, situação na profissão, ramo de actividade) e capital humano (saúde e instrução).

Para mais como queremos analisar um período de políticas económicas de estabilização e ajustamento estrutural seria útil analisar as famílias de acordo com o tipo de estratégias desenvolvidas para adaptação a essas políticas. Ou como se disse na Parte I, procurar ver como se articula a política económica feita pelas famílias com aquela que é definida e desenvolvida pelo Estado.

Tais dimensões de análise, conjugadas com a variável de síntese que é a despesa por pessoa adulto equivalente, permitirão definir, por exemplo, de acordo com o sexo do chefe quais as famílias pobres, muito pobres e não pobres. Ou

²⁰ No extremo só deixaria de haver pobres quando toda a população tivesse iguais despesas/rendimentos. Até lá haveria sempre uma percentagem pobre e muito pobre. É uma visão extremista que não concordamos em utilizar.

verificar se o grau de instrução do chefe tem importância para o bem estar da família, se os diferentes níveis sociais têm animais ou bens duradouros, etc..

Os Grupos Alvo

O problema que se pretende resolver com este tipo de indicadores é estabelecer uma escala de prioridades entre os grupos de baixo rendimento de forma a que os recursos para eles direccionados não vão beneficiar outros grupos.

A teoria existente²¹ parte de duas hipóteses distintas:

- 1) O acréscimo de rendimento originado pelas medidas de política é distribuído igualmente por toda a população e logo os pobres e muito pobres recebem proporcionalmente mais.
- 2) O acréscimo referido é distribuído, seja qual for a vontade do Governo, de acordo com a desigualdade existente no momento.

A partir destas hipóteses afirma-se que se tomarmos a primeira como verdadeira e sendo o objectivo reduzir a pobreza ao mínimo, isto é, reduzir P alfa ao valor mais baixo possível, devemos ordenar os grupos alvo de acordo com o valor de P alfa-1 para cada grupo.

Se tomarmos a segunda hipótese como mais provável teremos de ordenar os grupos de acordo com a fórmula:

$$\frac{(P_{\text{alfa-1}} - P_{\text{alfa}})}{Y_m} \quad \text{onde } Y_m \text{ o rendimento/despesa médio do grupo}$$

Calcula-se este indicador para alfa=1 e para alfa=2 para as mesmas dimensões de análise. Se um grupo mantém a mesma prioridade de acordo com ambas as hipóteses então é porque é um grupo mais necessitado do que os restantes de intervenção de meios para reduzir a pobreza. Por exemplo se calcularmos esse indicador por sexo dos chefes de família e concluirmos que aquelas que têm mulheres como chefes são sempre prioritárias em relação às restantes, então essas famílias devem ser objecto de actuação em prioridade.

Este indicador de grupos alvo não toma em atenção o numero absoluto de pobres ou muito pobres mas apenas a sua relação proporcional dentro de cada grupo. Deve portanto ser analisado em articulação com a contribuição para a pobreza nacional de cada grupo.

Os Indicadores de Comparação Temporal

A comparação temporal dos níveis de vida ainda está no inicio da investigação em África. Sobretudo porque existem poucos dados estatísticos sobre o mesmo país e recolhidos do mesmo modo.

²¹ Ver Kanbur, R. (1986 e 1987).

O que surge na literatura são comparações de análise estática ou tentativas de decomposição das mudanças verificadas nas medidas já referidas de modo a isolar origens dessas evoluções.

Tenta-se verificar até que ponto as mudanças registadas vêm de uma alteração da distribuição do rendimento ou do crescimento. Ou procura-se decompor os efeitos intra sectoriais e de crescimento da população da redução da pobreza para cada medida P alfa.²²

3 - A EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE VIDA EM BISSAU 1986 - 1991 - 1993

Vamos caracterizar os níveis de vida em Bissau em 1986, 1991 e 1993 recorrendo ao tipo de medidas mais utilizadas pelos estudos elaborados sob a égide das organizações internacionais: as chamadas medidas P alfa; índices de contagem ou de extensão, de profundidade e de gravidade ou de Foster e contribuição nacional de cada grupo social para o respectivo nível de vida, segundo dimensões de análise escolhidas daquelas já enunciadas.

Referiremos de passagem algumas outras medidas mas sem aprofundamento pois o sentido da interpretação revela-se idêntico.

Vão considerar-se os seguintes grupos sociais: Agricultores, Agricultores/Trabalhadores indiferenciados, Comerciantes por grosso ou a retalho, Funcionários públicos e empregados do sector público, Privados e outro.

Tal classificação não é fácil de quantificar com os dados dos inquéritos às famílias, sem haver sobreposições. Até porque as famílias alargadas podem complementar-se num processo em que uns membros permanecem no campo e outros na cidade mas fazem a gestão do seu consumo e poupança em comum. Mesmo a família com alojamento permanente em Bissau, tem um leque de actividades que torna difícil enquadrá-la numa dessas classificações. Procurámos fazê-lo directamente dos boletins de inquérito.

Existem ainda aqueles indicadores que não são quantificáveis no actual nível do sistema estatístico de um determinado país. Aliás em muitos casos não são em nenhum país. Para a Guiné - Bissau vamos expor apenas aquilo que nos foi dado ver como observador externo em duas estadias no país em 1986/87 e em 1993/94, num total de ano e meio da primeira e mês e meio da segunda.

O aspecto exterior das pessoas na cidade: Em 1986 era normal encontrar pessoas de todas as idades descalças na rua, e com roupa de má qualidade ou em estado de degradação avançado; hoje isso não sucede - existem os produtos no mercado e os indivíduos têm posses para andar calçados e com melhor vestuário. No inquérito de 1986 não surge a diferença entre roupa usada e nova já que na altura os fardos de roupa de segunda mão, supostamente ofertados ao país como ajuda externa, à venda no mercado de Bandim, era onde pareciam vestir-se boa

²²Ver Ravailon, M. (1992)

parte da população da capital, tirando a roupa e os panos tradicionais; em 1993 nos boletins de inquérito surgem referências expressas à compra de vestuário usado: ou seja o normal passou a ser comprar novo e quando não é assim sente-se a necessidade de o referir.

O aspecto da casa: Para além da evidente proliferação de telhados em chapa de zinco em substituição da palha, pode notar-se a existência por todo o lado de pequenas obras que julgamos serem feitas à vontade e de acordo com os materiais existentes à venda e com as posses das famílias.

Igualmente se podem ver hoje pequenos jardins e vasos com flores defronte de casas pequenas, denunciando por um lado que há quem tenha tempo para tratar disso - as mulheres - e por outro que tal passou a ser algo que a família gosta de mostrar ao exterior, o que não acontecia em 1986.

As mulheres: No caso das mulheres notam-se dois elementos: primeiro o aspecto físico no sentido de melhores roupas, brincos e colares, arranjo do rosto e do cabelo, é geral hoje em Bissau; uma simples miuda vendedeira de mancarra exhibe hoje elementos de beleza que não se viam em 1986.

Em termos de trabalho doméstico o plástico e o equipamento doméstico importado passaram a dominar o transporte de produtos, cozinha, limpeza, etc., em detrimento de cabaças, barro, vassouras de palmeira, alumínio artesanal, etc., tornando mais fácil esse tipo de actividade.

As actividades "lúdicas": Julgamos que aqui muito mais se poderá dizer mas apenas detectámos uma mudança clara: à cinco anos via-se por todo o lado o jogo de damas (que os próprios jogadores podem construir em madeira e que tem longa duração); hoje as mesmas pessoas jogam às cartas com baralhos comprados no mercado e cuja duração é limitada pelo uso, obrigando a comprar outros.

É evidente que os locais tipo discotecas hoje existentes não tem nada que ver com os existentes em 1986. Nem nos materiais de decoração, bebidas, ou outros "serviços" que são agora vendidos muito às claras apesar de não serem ainda notórios nas ruas da cidade.

As ruas: Em Bissau as grandes valas de terra que ladeavam as ruas da capital, e por cima das quais os moradores montavam tábuas ou troncos para passarem, desapareceram, em boa parte substituídas por valetas em cimento.

As aves - os djagudis - tipo pequenos abutres que asseguravam boa parte da limpeza do lixo da cidade em 1986, também só se vêem em quantidades diminutas pois o lixo passou a ser recolhido. Mesmo na zona do mercado de Bandim, que não está nunca limpa, via-se que os esforços para melhorar eram muito maiores que à sete anos.

Igualmente saíram das ruas as múltiplas carcaças de viaturas de todos os tipos que se espalhavam pelas ruas e arruamentos da cidade.

Em 1994 notámos que a limpeza das ruas parecia ter piorado; tal facto põe-nos a dúvida da sustentabilidade das mudanças anteriores, uma das que pode piorar em muito pouco tempo. Será que esse processo dependia de um projecto que terminou e não tenha deixado meios para continuar?

O Estado e a população: A ideia com que se fica das visitas aos ministérios e de múltiplas conversas em Bissau e no interior perto da capital, é de que o Estado

passou por um processo de desaparecimento, de diminuição de actividade em todo o lado. As pessoas passaram a tentar construir a vida que sonham guiando-se pela capacidade própria de iniciativa sua e da família, e contando cada vez menos com a ajuda do Estado e conseqüente necessidade de ocupação de lugares no aparelho burocrático. As tabancas fora de Bissau falam dos "homens ou mulheres grandes" para contarem o que fizeram nos últimos tempos ou o que pensam fazer; a presença do Estado voltou à estaca zero.

As estruturas da educação também dão a sensação de terem desaparecido; as escolas se já eram más parece que deixaram de funcionar de todo fora das cidades, por falta de material didáctico, carteiras, quadros, pagamento aos professores e possivelmente uma quebra do interesse da população por uma instrução cuja utilidade é difícil de entender para além de saber ler e sobretudo contar para alguns membros da família (sendo inútil que todos saibam, especialmente as mulheres).

Nos ministérios, a única actividade visível é onde existe algum projecto com financiamento externo, a electricidade continua com enormes falhas diárias, os telefones estão cortados, o silencio e a raridade de pessoas são o dia a dia dos corredores.

Estes "indicadores" apontam para uma evolução do bem estar das populações com aspectos positivos e outros negativos: assim parece poder pôr-se a hipótese de uma melhoria generalizada de nível de consumo privado, mas também para uma queda no consumo colectivo dependente da acção das instituições do Estado que poderá fazer com que as actividades não lucrativas para os privados, desde a escola básica em larga escala até à limpeza das ruas, ou só evoluem quando há financiamento externo, numa total falta de sustentação quase vinte anos depois da independência.

Os Níveis de Vida em Geral

Os valores absolutos de famílias e pessoas de acordo com os diferentes níveis de vida, encontram-se expressos no Quadro I, onde podemos a primeira classificação dos elementos das famílias inquiridas por níveis de vida, com uma percentagem de 35,8 % de Pobres em 1986. Dentro deste grupo cerca de metade (18,0 %) seriam os Muito Pobres. Em 1991 de 26,5 % de Pobres com 13,8 % de Muito Pobres. Para 1993 os grupos de mais baixa despesa por adulto equivalente seriam 35,7 %; o grupo mais pobre chegaria quase a 20 %.

QUADRO I
POPULAÇÃO POR NÍVEIS DE VIDA (% DO TOTAL)

ANOS	MUITO POBRES	POBRES	NÃO POBRES
1986	18,0	17,8	64,1
1991	13,8	12,7	73,5

1993	19,7	16,0	64,3
------	------	------	------

Fonte: Inquéritos às Famílias, 1986, 1991 e 1993

Para um país com um PIB per capita de cerca de 220 \$US em 1992, e apesar dos números citados se referirem à capital, que será lógico ter um melhor nível geral de vida, estes resultados podem parecer incorrectos, no sentido de expressarem uma situação comparável a países com indicadores genéricos de desenvolvimento muito mais positivos. Sendo o nível de pobreza bastante melhor do que a média da África SubSaariana apontada pelo Banco Mundial de 47 %, com um intervalo de variação de 19 - 76 %.

Julgamos que a metodologia de construção das linhas de separação dos níveis de vida com base nas despesas de consumo das famílias originam uma valorização do bem estar usufruído que não se encontra nas Contas Nacionais, que servem de base ao cálculo do PIB e ao conseqüente PIB per capita, variável síntese de muitas publicações. Nas Contas o consumo privado é obtido por diferença entre recursos e utilizações ou empregos, isto é, é obtido como residual. A avaliação desses valores provém, no caso de Bissau, de estimativas da produção agrícola e pesca, das contas das poucas empresas existentes que as possuem, do Comércio Externo e do Investimento Público. Todos estes elementos passam por graus de afastamento da realidade mais ou menos grande.

Temos assim grandes probabilidades da fiabilidade de dados do consumo das famílias, relatado por elas próprias num questionário padronizado, ser bastante superior à dos valores da Contabilidade Nacional. Mesmo algumas estimativas como a valorização do auto consumo e das casas de habitação próprias não permitem aumentar o grau de comparação entre as duas fontes de forma satisfatória.

Mesmo com estas limitações, a evolução do Consumo Privado por pessoa a preços constantes de 1986²³ transmite-nos uma evolução média de 1,3 % como média anual no período 1986-91, apontando portanto também no sentido de melhor nível de consumo das famílias, a nível de todo o país. A capital terá tendência para ter uma evolução mais favorável, embora não existam números que o possam confirmar.

Não esqueçamos todavia que estamos a analisar a cidade de Bissau e não o país. Quem conheça a realidade local sabe que em 1986 era vulgar ouvir-se dizer que "se come melhor no interior mas que não há nada onde gastar dinheiro". Isto é, a produção local no campo dá em geral para alimentar a população, mas a diversificação possível de actos de consumo é muito limitada pela escassez de bens no mercado. Na cidade é mais difícil arranjar o arroz de cada dia mas há mais produtos à venda.

Julgamos assim poder considerar estes resultados como correctos para início de análise, embora nada nos permita enquadrar o aumento de Pobres e Muito Pobres em 1993.

²³ Valores citados pelo Banco Central da Guiné-Bissau no Relatório de 1992.

Em Bissau temos para o período 1986 - 1991 uma redução do número de indivíduos nos escalões mais baixos; por outras palavras o nível de vida em Bissau melhorou no período dos programas de estabilização e ajustamento estrutural, apesar do efeito mais evidente dessas políticas sobre o rendimento das famílias por via da subida de preços e da queda dos salários formais²⁴.

Se essa evolução se verificou é porque a dinâmica criada pelas políticas económicas implementadas nesse período - o chamado PAE - levou ao desenvolvimento de diferentes fontes de rendimento, que independentemente do seu carácter precário ou não, e de alterações sociais que originaram, permitiram às famílias melhorar o seu nível de despesa.

Para 1993 a população nos níveis de vida mais baixos voltou ao nível de 1986. Haveria assim uma melhoria seguida de uma queda nos níveis de vida. A primeira relação que nos surge com o PAE é de que a terceira tranche deveria ter sido libertada em 1991 e só o foi em meados de 1993.

Registe-se que é possível calcular com a despesa de consumo das famílias índices de Gini para ambas as datas e teremos para 1986 o valor de 0,21, para 1991 o de 0,19 e para 1993 de 0,23. Esses números apontam para um melhoramento entre 1986 e 1991 e para um agravamento da desigualdade em 1993 na repartição do consumo no mesmo período, mas não são considerados altos pelos padrões de análise de diferentes autores. Assim a pobreza evoluiu no mesmo sentido que a desigualdade (VER QUADRO II).

QUADRO II

INDICADORES DE DISPERSÃO

INDICADORES	1986	86->91	1991	91->93	1993
Coef. Variação	0,63		0,70		0,75
Desigualdade	0,21	Diminui	0,19	Aumenta	0,23
Pobres e Mt. Pobres	35,8	Diminui	26,5	Aumenta	35,7
Índices da Média	100,0	70,0	170,0	18,8	202,4

O índice de Profundidade P_1 dos níveis Muito Pobres e Pobres passa de 6,2 para 9,3 e para 7,5 como se vê no QUADRO III. A evolução do índice de Gravidade ou de Foster vai no mesmo sentido: passa de 0,5 em 1986 para 1,58 em 1991 e para 1,52 em 1993. Isto é, indica que houve um acentuar da gravidade da pobreza em geral, das pessoas que permaneceram nos níveis mais baixos de 1986 para 1991 e uma melhoria para 1993.

Note-se que para o primeiro período tal se deve ao nível de vida mais baixo, pois a evolução dos Pobres também é positiva; mas os Muito Pobres embora diminuam em extensão aumentam quase para o dobro em profundidade e o triplo em

²⁴ O Banco Mundial estima que entre 1986 e 1989 os salários caíram em mais de 50 % (cit. UNICEF 93).

gravidade. Já para o período 91 - 93 os Muito Pobres melhoram mas os Pobres pioram em gravidade embora ambos vejam o numero de pessoas na sua situação aumentar.

QUADRO III
ÍNDICES DE PROFUNDIDADE

ANOS	MT POBRES	POBRES
1986	3,9	2,3
1991	7,6	1,7
1993	5,0	2,5

Fonte: Inquéritos às famílias, 1986, 1991 e 1993

Assim a conclusão geral a tirar neste momento é de que entre 1986 e 1991 o nível de vida geral melhorou mas passou a haver piores condições de vida para aqueles que permaneceram ou caíram no escalão mais baixo. Entre 1991 e 1993 voltou em geral a piorar mas a gravidade do fenómeno melhorou; ou seja os Pobres e Muito Pobres aumentam em numero mas melhoram a situação em que vivem.

As Dimensões Sociais de Análise

Vamos procurar dimensões de análise numa tentativa de considerar para além de ópticas ligadas à vida económica das populações, também variáveis com um significado mais sociológico, com a característica de serem espelho de elementos de bem estar não definidos pela teoria ou que só recentemente começam a ser levados em conta.

Em estudos sobre outros países é considerado em geral o sexo e a instrução do chefe de família como dimensões desse tipo. Pensamos que se deve procurar também ligações de religião. Por um lado pela evolução da sociedade guineense muito marcada pelo grupos étnicos desde a sua génese, como muitos outros países pelo mundo, mas com o fenómeno religioso em crescente importancia tal como outras sociedades no período pós-guerra fria. Para mais num país onde não houve na história moderna conflitos inter-étnicos violentos.

Ou seja, julgamos que a dimensão de análise social de síntese²⁵, mais antiga em Africa é o grupo étnico e mais moderna, em pleno processo de afirmação e sobreposição à anterior, é a religião. Até porque se adapta melhor às instituições em processo de consolidação pelo continente, mais ou menos decalcadas do modelo europeu.

²⁵ No sentido de ser capaz de reunir em si os aspectos económicos e sociais, sejam os mais racionais e compreensíveis sejam os mais irracionais e misteriosos.

A estratégia de sobrevivência das famílias e que nós preferimos chamar "política de desenvolvimento das famílias"²⁶ nem sempre se articulam em harmonia com a que o Estado prossegue; é o princípio base para a agitação social que tem permanecido em África e recrudescido na década de 80 e inícios de 90.

A Religião

Esta variável não foi recolhida no inquérito de 1993. Dum ponto de vista da variável Religião, os animistas eram em 1986 claramente quem tinha pior nível de vida com uma percentagem de Muito Pobres quase tripla dos cristãos. Ao nível de Pobres já esses mesmos animistas eram os menos atingidos.

Mas em 1991 os animistas estão a par dos muçulmanos nos três níveis considerados. Os cristãos continuam a ser os que tem melhor nível com menos de metade dos restantes no nível de Muito Pobres. Os índices de profundidade indicam-nos que dentro dos níveis de vida mais baixos a pobreza é mais grave entre os cristãos em 1986, mas no final do período a posição de cada religião é similar. Isto é, os Pobres em 1991 tornaram-se muito mais iguais do que em 1986. Uma vez que a Contribuição de cada grupo também se torna mais igual, pode-se afirmar ter havido uma evolução no sentido de esbater as diferenças entre pobres com base na religião.

Note-se que não é correcto atribuir aos cristãos determinada etnia²⁷. Se cruzarmos para cada nível de vida a religião com a etnia e apesar de correremos o risco de cair em classes demasiado pequenas para terem significado veremos que os cristãos se distribuem por todas as etnias excepto o grupo Fula nos dois níveis mais baixos em 1986 e 1991. No nível mais alto qualquer grupo étnico tem significado.

QUADRO IV POBRES E MUITO POBRES POR RELIGIÃO

RELIGIÃO	MUITO POBRES	POBRES
Animistas		
1986	34,5	11,1
1991	16,3	14,5
Muçulmanos		
1986	22,1	17,6
1991	17,7	11,7
Cristãos		
1986	12,2	19,7
1991	7,3	12,0

²⁶ Pois para o conjunto dos agregados é uma estratégia de vida e de sobrevivência para os mais pobres.

²⁷ Aliás é apenas de considerar os muçulmanos como impermeáveis ao animismo; é voz corrente que as diversas formas de cristãos são em geral simultaneamente animistas em diferentes graus.

Fonte: Inquéritos às Famílias, 1986 e 1991

Não há nenhuma relação clara entre religião, etnia e nível de vida. Apenas podemos dizer que quanto mais baixo é o nível de vida mais definidas são as opções religião/etnia. E nesses níveis sim é possível afirmar que não há Fulas cristãos ou animistas e que não se encontram Balantas ou Crioulos muçulmanos.

O Sexo do Chefe de Família

É uma das dimensões de análise muito usadas na última década nomeadamente inseridos numa linha de trabalho da UNICEF de crítica e análise dos efeitos do ajustamento estrutural em dois grupos sociais vulneráveis: as mulheres e as crianças, que tem publicado trabalhos periódicos sobre a Guiné-Bissau.

Começamos por referir como as famílias com chefes mulheres são 9 % do total em 1986 e sobem para o dobro em 1991; em 1993 mantém-se a 17,4 %. A distribuição das famílias inquiridas por níveis de vida é relativamente igual para 1986 num ou outro tipo de sexo excepto para os Muito Pobres onde os chefes mulheres são percentualmente o dobro.

Há assim para 1986 no nível de vida mais baixo proporcionalmente muito mais famílias com chefes mulheres do que homens.

Para 1991 a tendência mantém-se: no nível mais alto a igualdade acentua-se; no nível intermédio - Pobres - os chefes femininos são metade do que em 1986 e para o nível mais baixo - Muito Pobres - a percentagem atingida pelos inquiridos que têm mulheres como chefes é inferior a 1986 mas ainda muito perto do dobro.

Em 1993 as famílias com chefes femininos são quase três vezes menos percentualmente no nível mais baixo do que em 1991, e no nível intermédio 4 vezes mais. (Quadro V)

Em síntese, para as famílias com chefes de diferentes sexos, a igualdade nos Não Pobres acentuou-se e a desigualdade nos Pobres e Muito Pobres também. Para os Pobres, com mais peso para os chefes mulheres, e para os Muito Pobres para os chefes masculinos. Isto enquanto o nível de vida melhorou.

Quando o nível de vida em geral voltou a piorar, de 1991 para 1993, a igualdade entre as famílias de chefes de sexo diferente de Não Pobres diminuiu. Mas as diferenças continuaram a acentuar-se nos níveis inferiores. As famílias com chefes mulheres tiveram tendência para cair mais no nível intermédio dos Pobres do que no mais baixo. As famílias com chefes masculinos seguiram a tendência contrária.

Note-se que os indicadores de profundidade e de Foster não confirmam completamente estas indicações para os Pobres: para as famílias com chefes femininos, em 1986, a pobreza é menos extensa mas é mais grave; para 1991 verifica-se uma recuperação mesmo da profundidade do nível dos Pobres que se aproxima muito mais das famílias de chefes masculinos. Em 1993 a situação é de maior gravidade mas só para o nível Pobre pois para o último nível as famílias com chefes masculinos estão em muito pior condição.

QUADRO VI

POBRES E MUITO POBRES POR SEXO DO CHEFE

ANOS	MUITO POBRES	POBRES

Masculino		
1986	16,4	18,1
1991	12,1	14,1
1993	22,1	10,6
Feminino		
1986	34,3	15,7
1991	21,1	6,7
1993	7,6	40,7

Fonte: Inquéritos às Famílias, 1986, 1991 e 1993

Pensamos poder concluir que as mulheres como chefes de família tiveram no conjunto do período um sucesso maior do que os homens em livrar-se da pobreza mais extrema. Não tiveram o mesmo resultado para atingir o nível mais alto.

Estratégias de Vida das Famílias

Vamos ensaiar aqui uma análise que nos surge como inovadora neste tipo de estudos. Tal facto é no mínimo surpreendente pois parece evidente que ao querer elaborar um programa de políticas sociais e económicas que não seja a mera cópia de um modelo tipificado, mas sim a aplicação do princípio de que cada país é um caso especial²⁸, quem o faz - especialistas de organizações internacionais ou técnicos do Governo - deveria, no mínimo, interrogar-se sobre qual o comportamento previsível da população face a essas medidas.

Não nos esqueçamos, mais uma vez, que estamos a estudar a cidade de Bissau com um crescimento relativo enorme na década de 80 e portanto com uma população muito maior que a capacidade das suas estruturas, com uma estrutura étnica e de actividade económica muito diferente do resto do país.

1) Agricultores

Que embora vivendo principalmente no campo também se podem encontrar nos arredores da cidade vendendo os seus produtos para obter outro tipo de bens.

São sobretudo os grupos étnicos Papeis - originários da zona de Bissau e possuidores dos direitos sobre terras dos arredores - Balantas e também parte de

²⁸ Como afirmam repetidamente publicações do FMI ou BM, mas também como repetidamente os seus críticos apontam como a grande falha na concepção dos programas de ajustamento.

Mandingas e Manjacos. Em principio beneficiaram com as medidas de liberalização e subida de preços em geral pois têm acesso ao mercado da capital sem problemas de transporte mas isso não significa que obrigatoriamente o seu nível de consumo tenha subido na mesma proporção.

2) Agricultores / Trabalhadores não diferenciados

São aqueles que vivem entre Julho e Outubro no campo para as fainas agrícolas de onde asseguram a subsistência alimentar, e o resto do ano na cidade *procurando trabalho de estivador, construção civil, etc., não diferenciado e sem preocupações de fixação. São sobretudo os grupos étnicos Papel e Mandinga mas também um pouco de todos os restantes, com excepção de Crioulos e Balantas, e de idade ainda jovem - 15 a 35 anos.

Em principio também beneficiaram pelo equilíbrio entre a agricultura e as novas oportunidades de actividades surgidas com a liberalização. Poderão pertencer aqui no entanto os que viram o seu nível de vida piorar por fracasso nas actividades citadinas e/ou insuficiência na produção agrícola.

3) Comerciantes por grosso ou a retalho

São sobretudo os grupos fulas e mandingas que beneficiaram com a liberalização das actividades económicas, o acesso ao crédito e o fim das limitações ao comércio externo, e da circulação interna de bens, lançando-se na comercialização e importação dos bens que não existiam antes do PAE. Beneficiarão das más infraestruturas de transportes assumindo o papel de intermediários, e absorvendo uma parte dos potenciais lucros dos produtores.

4) Funcionários públicos e empregados do sector público

O grupo crioulo domina esta actividade que todavia tem uma presença de todas as etnias, sendo, com excepção dos Fulas/Mandingas, onde se regista uma maior presença proporcional de todos os grupos étnicos. Em principio deveria ter visto piorar o seu nível de vida pela descida dos salários reais, diminuição do papel do Estado na economia e hipotéticos despedimentos.

Mas a "migração" para outros grupos - o segundo para os de mais baixa posição ou para as "pontas" para os de mais alta; e o terceiro para os de mais capitais ou possibilidade de os obter - poderá ter provocado um efeito no sentido contrário.

Também este é um grupo aonde poderão pertencer os mais prejudicados uma vez que não consigam fazer essa "migração" e vivessem realmente do salário monetário e em espécie que recebiam no inicio do processo de estabilização e ajustamento.

5) Sector privado e Outro

Este grupo de actividade reúne as famílias que têm membros ou só em sectores privados que não o comércio e a agricultura, ou simultaneamente na função pública e no sector público.

Com a abertura da economia deve ser um grupo com presença de todas as etnias talvez com mais peso de quem têm mais acesso a crédito e importações e aos meandros da vida cidadina de Bissau.

Será um grupo onde permanece quem tem sucesso e donde sai quem não consegue adaptar-se.

Se consultarmos o Quadro VII, podemos interpretar os dados dizendo que, em 1986, as famílias que apostavam numa estratégia de vida assente na agricultura tinham pouco sucesso. E que para 1991 tal tendência se inverteu completamente, confirmando a ideia de que a subida de preços que se manteve nesse período beneficiou os que podiam produzir e vender directamente no mercado. Em 1993 esta estratégia declinou um pouco extremado posições; quem conseguiu bons rendimentos manteve-se quem não conseguiu deve ter procurado outras actividades desaparecendo o nível intermédio ou teimou na agricultura e caiu de novo no nível mais baixo de pobreza.

O segundo grupo é um dos que beneficia com as políticas económicas de ajustamento, estabilizando um numero de Muito Pobres e distribuindo-se as restantes famílias pelos dois outros níveis. A distribuição faz-se favoravelmente para o nível mais alto quando o nível geral de vida sobe (86->91) e equilibra-se mais entre os dois níveis , alto e intermédio, quando as condições pioram (91 -> 93) mas sem que o nível mais baixo volte a registar valores como 1986.

O comerciantes que não tinham expressão de Muito Pobres em 1986, passam e mantém para um quinto da amostra esse nível em 1991 e 1993. A distribuição nos restantes níveis de vida tem o mesmo comportamento que o anterior. Julgamos que tal evolução será fruto do crescimento da competição. Os comerciantes a retalho que vivem de vender produtos em pequena quantidade que comprem noutros mercados ou a produtores que conhecem, podem ficar fragilizados pela concorrência dos comerciantes com maior capacidade e capital, e pelas importações tornadas muito mais livres. Sem poderem manejar a produção e os seus custos como o grupo de estratégia "agricultores" estão mais sujeitos às contracções do poder de compra da população.

As famílias que viviam da Função ou do Sector Público e assim continuaram não evoluíram significativamente. Isto é, a parte de Não Pobres continuou sensivelmente a mesma para 1991 e 1993, baixando do nível de 1986 cerca de sete por cento; o numero proporcional de Muito Pobres vai sempre em crescendo passando de 4,3 para 20,3 em 1986 e 1993, respectivamente.

Parece confirmar-se a ideia de que estas famílias seriam das que mais perderam com o PAE. Isto, embora a sua perda de importância espelhada no peso que estas actividades tinham no inicio do período e que descem para metade no meio e voltam a subir no fim, possa significar que em termos de estratégia familiar houve deslocamento para outras mais rentáveis.

O ultimo grupo Privados/Outros sectores vê a sua evolução marcada pelo extremar de peso dos diferentes níveis de vida ao longo do período. O ultimo nível passa a ter um peso maior e mantém-se assim; o intermédio e mais baixo invertem entre si o numero relativo de famílias passando o ultimo a ser mais significativo, ao contrário do que passava em 1986.

São as famílias de trabalhos tipo guardas e serventes, de baixos rendimentos e com pouco ou nenhum acesso a terra para compensar as subidas de preços e o desaparecimento de bens subsidiados. Quem teve sucesso engrossou o nível dos Não pobres e aí se manteve.

Se cruzarmos o sexo do chefe com a estratégia podemos ver se existe algum padrão de diferença entre um e outro grupo.

Os chefes homens concentram-se em 1986 na Função e Sector Público e nos Privados e evoluem em 1991 para uma igualdade de distribuição por todas as estratégias de vida com diminuição dos agricultores que passam a ser 1/3 de qualquer dos restantes. Em 1993 a concentração faz-se nos três últimos grupos, os agricultores quase desaparecem e os agricultores/indiferenciados tornam-se mínimos.

Os chefes mulheres, cujas famílias têm um maior numero relativo de mulheres, concentram-se nas duas estratégias anteriores e como agricultoras. Em 1991 alteram o padrão e dedicam-se ao comércio, e a agriculturas/indiferenciadas (provavelmente aumentando o numero de empregadas domésticas e serviços do mesmo tipo); mas mantém o mesmo nível de famílias a viver só da agricultura, esvaziando portanto a Função/Sector público e os Privados. Com 1993 este padrão de concentração acentua-se mas as agricultoras desaparecem.

QUADRO VII
POBRES E MUITO POBRES POR ESTRATÉGIA DE VIDA

ANOS MT POBRES POBRES NÃO POBRES

ANOS	MT POBRES	POBRES	NÃO POBRES
Agricultores			
1986	66,5	22,2	11,3
1991	10,1	18,8	71,0
1993	57,9	-	42,1
Agric./Indiferenciados			
1986	40,7	10,0	49,3
1991	7,9	14,5	77,7
1993	8,2	37,1	54,6
Comércio			
1986	-	16,1	83,9
1991	22,9	8,2	68,9
1993	22,3	20,1	57,7
Função/Sector publico			
1986	4,3	14,8	80,9
1991	9,6	16,8	73,6
1993	20,3	5,5	74,2
Privados e Outro			
1986	11,6	24,9	63,6
1991	15,4	12,2	72,4
1993	18,4	12,7	69,0

 Fonte: Inquéritos às famílias, 1986, 1991 e 1993

Podemos assim concluir que, se associarmos a complexidade da actividade como crescente com a ordem porque foram apresentadas as estratégias de vida, teremos que as famílias globalmente em Bissau tendem a deixar a menos complexas e a deslocar-se para as mais complexas. Com as chefes mulheres a especializarem-se na agricultura/indiferenciados e no comércio e os chefes homens neste ultimo e nos dois seguintes: privados e função/sector publico.

O abandono da agricultura como modo de vida unico também é confirmado pelas respostas em 1991 da ocupação precedente (que não tem significado estatístico pelo pequeno numero de respostas) do chefe de família.

Aliás depois da estratégia Função/Sector Publico perder peso de 1986 para 1991 recupera cerca de 45 % do perdido e se não atinge o nível do primeiro ano, fica à frente dos Privados e Outro. É um dado que preocupa em função da política definida de maior peso ao sector privado e afastamento do sector público da vida económica.

A Dimensão Económica

Por dimensão económica temos aqui de entender apenas uma análise da população inquirida por níveis de vida com base no ramo de actividade do chefe de família e uma referencia à situação na profissão.

Note-se que a classificação é diferente da variável Estratégia das famílias. E numa matriz das duas variáveis - Sector de actividade do chefe / Estratégia das famílias - pode verificar-se de 1986 para 1993 um aumento na diversificação dos sectores das actividades das famílias em relação com a profissão do seu chefe em todos os sectores excepto na Construção Civil.

Temos ainda dados da profissão exercida, que apenas servem de base à classificação e controle dos sectores, porque as designações não são padronizadas e em muitos casos esclarecem pouco sobre a profissão.

Embora estejamos a analisar a cidade de Bissau pode-se verificar para 1986, que apenas o sector da Função Pública se destaca em numero de inquiridos, como seria de esperar numa altura onde o aparelho de Estado estava completamente centralizado, aparecendo a Construção Civil como o menos representado na amostra.

Para 1991 a classificação utilizada não foi a mesma, e nem sequer obedeceu à lógica dos sectores de actividade misturando os ramos com características como privado ou público, e formal ou informal, não permitindo respostas múltiplas, o que dificulta extremamente a comparação entre os dois periodos. A Agricultura e Pescas está tão reduzida que só o nível de vida Não Pobre tem algum significado.

Para 1993 esse sector continua sem significado enquanto o Comércio e Hoteis adquirem o maior peso.

Os dados dos inquéritos dizem-nos que as famílias cujos chefes tem actividade na Agricultura e Pescas são para o inicio do período as mais classificadas como Muito Pobres acima do dobro de qualquer outro sector. No ano intermédio a

situação altera-se completamente, tendo essa população uma distribuição por níveis de vida média em relação aos restantes. No final do período o nível intermédio não existe e dos restantes 40 % são Muito Pobres.

Tendo em conta as restrições ao significado estatístico, pensamos que mais do que um bem sucedido resultado da política económica praticada, deve haver aqui um efeito de mudança de actividade, que faz com que se mantenham ou se desloquem para o sector aqueles que são capazes duma rentabilidade alta, mantendo-se no sector e no nível mais baixo um numero insignificante de famílias.

Os restantes sectores comparáveis registam evoluções positivas com excepção da Função Pública que vê aumentar a percentagem de Pobres em 1991 e extremar os níveis de vida, em 1993, entre os Muito Pobres e os Não Pobres.

O Comércio e Hotéis cuja percentagem de Muito Pobres tem também um aumento para 1991. Este ultimo sector deve ser visto tendo em conta os dados referidos como Privado Informal que são na maioria de dois terços do nível mais alto. Se juntarmos os dois "sectores" e compararmos com o Comércio e Hotéis em 1986 teremos um aumento da percentagem de Muito Pobres e uma descida de Pobres e de Não Pobres.

Fazendo a evolução 86 - 93 que são os números comparáveis pode-se ver como há uma clara perca de nível geral de vida acompanhando a tendência já detectada, das famílias cujos chefes são comerciantes ou trabalhadores de hotéis e restaurantes.

Assim, pode afirmar-se que as famílias cujos chefes trabalham na Função Pública viram o seu nível de vida piorar drasticamente; embora sem a mesma gravidade o mesmo se pode dizer daqueles que exerciam a sua actividade no Comércio e Hotéis; na Agricultura e Pescas aqueles que permaneceram viram o seu nível de vida muito melhorado.

QUADRO VIII ALGUNS SECTORES DE ACTIVIDADE E NÍVEL DE VIDA

ANOS	MT POBRES	POBRES	NÃO POBRES
Transformadora			
1986	21,1	19,9	59,0
1991	10,8	24,9	64,3
1993	19,9	19,1	61,0
Comércio e Hoteis			
1986	5,5	16,5	78,0
1991	24,7	8,3	67,0
1993	15,9	29,3	54,7
Função Publica			
1986	4,1	11,9	83,9
1991	2,9	18,9	78,2
1993	25,5	7,6	66,9

Fonte: Inquéritos às famílias, 1986, 1991 e 1993

Se procurarmos os índices de profundidade de Pobres para os sectores representativos encontramos situações sem nenhuma característica de especial excepto para o Comércio e Hotéis como o sector de maior gravidade de pobreza.

Mas os mesmos para os Muito Pobres já revelam que o Comércio e Hotéis vê acentuada a diferença para pior em relação aos restantes e a Função Pública apesar de quase decuplicar em extensão os Muito Pobres para 1993, é o sector onde a profundidade é menos gritante.

Note-se que o indicador de Foster de gravidade dos mais afastados das linhas de separação dos outros níveis dão para 1993 a pior posição à Função pública.

Teríamos assim dois sectores - o Comércio e Hoteis e a Função Pública - que no início partem de posições muito confortáveis em relação aos restantes e chegam ao final do período nas piores quanto a extensão, profundidade e gravidade dos Muito Pobres. Ou dito de outro modo, aqueles que não conseguiram nesses sectores adaptar-se às novas regras do PAE, definir e executar estratégias familiares de aproveitamento da liberalização, ficaram muito pior do que estavam.

Se para os funcionários públicos era de esperar que a queda de salário real, os pagamentos em atraso, o fim de distribuições de produtos subsidiados tivesse esse efeito (e aqui a surpresa é não ter sido mais cedo) já para o Comércio poder-se-ia pensar o contrário.

Mas são provavelmente os pequenos comerciantes de rua, actividade a que recorrem frequentemente as famílias recém chegadas à cidade, que se vêm atingidos pela quebra do poder de compra da população, e não tem acesso a crédito, familiar ou bancário. Aliás as famílias com chefes femininos são neste sector de 50 %, com o peso da falta de instrução e de acesso social. Mesmo assim note-se que em relação a 1991 a tendência é para melhorar, pois passa-se de uma situação de extremos, com concentração nos dois níveis mais alto e mais baixo, para uma distribuição mais equilibrada em que podemos dizer que se houve perca para famílias que estavam no nível Não Pobre também se verifica uma subida maior das que estavam no nível mais baixo, revelando uma adaptação mais lenta mas, para já, com resultados.

Quanto à situação na profissão e partindo do principio que a categoria Conta Própria tem o mesmo significado em 1986 e 1991, e 1993, verifica-se um aumento de 47,3 % para 73,7 % de inquiridos cujos chefes de família estão nessas condições no nível de Não Pobres e uma descida sobretudo no nível de Pobres. Pode-se dizer que os pobres que trabalhavam por conta própria tenderam a ver a sua situação melhorada no período de referencia. Para 1993 desce aquela percentagem para 65 % e de Pobres para perto do nível de 1986. Mas o numero de Muito Pobres trabalhando por Conta Própria desce em todos os anos.

Aqueles que trabalhavam por conta alheia em 1986 viram diminuir para 1991 o numero de pessoas das famílias Muito Pobres, mas para 1993 volta a crescer, mantendo-se na mesma os Pobres. Há autores que interpretam este tipo de dados como significando o pouco sucesso da implantação de relações assalariadas na actividade económica.

Os quintis de despesa

Os quintis de despesa foram utilizados pelo estudo de D.Marleau em 1989 para traçar o perfil de pobreza do país. No que respeita a comparações entre periodos diferentes pode usar-se essa metodologia mas com as reservas que advêm da relatividade que tal opção implica: está-se a considerar que há sempre uma percentagem de famílias que se encontra na mesma posição relativa às restantes²⁹.

Haverá sempre Pobres e Muito Pobres se considerarmos que os quintis de despesa mais baixos têm essa designação, e na mesma percentagem de 20 e 40 %.

Pode portanto haver melhorias nas variáveis de análise que compõem os níveis de vida mas não há tendencialmente diminuição significativa do numero de pobres e muito pobres, a não ser que se passe de uma situação de muita igualdade para uma de grande desigualdade: então o numero de famílias que teriam até 40 % da despesa por adulto equivalente ou per capita poderia ser bastante diferente.

Em Bissau a evolução dos índices de Gini, como já vimos, indica-nos uma maior desigualdade em 1991 e 1993 mas sem uma mudança radical.

Ao apurarmos diversas variáveis por quintis de despesa adulto equivalente e podemos constatar a seguinte evolução entre 1986, 1991 e 1993 para os dois primeiros quintis:

Quanto à religião apenas os Muçulmanos vêm a percentagem das famílias nos níveis mais baixos diminuir significativamente de 86 para 91.

Por sexo do chefe de família enquanto em 1986 os agregados com chefes mulheres estavam cerca de 60 % nesses quintis e aqueles cujos chefes eram masculinos apenas 37 %, em 1991 os primeiros passam para 34 % e os segundos sobem ligeiramente para 40%. Traduz-se assim uma grande melhoria nos níveis de vida das famílias chefiadas por mulheres. Em 1993 as percentagens são de 57,3 e 50,8 % respectivamente. Ou seja volta-se à situação de 1986, com as famílias com chefes femininos em maior numero que as restantes nos quintis de pior nível de vida.

Se verificarmos a distribuição por nível de instrução do chefe de família salienta-se a percentagem de 3/4 das famílias com chefes analfabetos nos quintis mais baixos que passam no meio do periodo para cerca de 1/2 e no final sobem de novo para 2/3; aqueles que têm o primário triplicam a percentagem de pessoas nestes níveis de 1986 para 1993.

A dimensão familiar e as idades dos chefes não têm nenhuma evolução de relevo, excepto que as famílias mais numerosas se encontram distribuidas pelos diferentes quintis de forma inversa em 1986 e 1991, sendo neste ultimo ano a mais clássica de quanto maior numero mais baixo o quintil. Em 1993 este ultimo padrão mantém-se diminuindo a dimensão familiar do segundo para o quinto quintil, estando o primeiro ao nível do terceiro.

²⁹ Ravaiillon (88 e 93) sugere que se elaborem linhas absolutas e linhas relativas e comparem as conclusões.

As medidas de Watt e de Clark

Podemos verificar, para as dimensões sociais definidas, como esses indicadores de gravidade da pobreza apontam no mesmo sentido de aumento que os anteriores se bem que globalmente as mudanças estejam longe de terem a amplitude que as medidas estudadas concluem.

Saliente-se para o nível mais baixo a inversão de posições nas famílias de chefes de sexo masculino e feminino, apontando para um agravamento da gravidade da pobreza nos segundos. O mesmo se pode apontar às famílias animistas na análise dos grupos religiosos.

No nível intermédio de Pobres, de 1986 para 1991, estas medidas mostram uma grande variação de posições relativas dos grupos definidos pelas diferentes dimensões de análise e torna-se assim difícil interpretar o significado de tais mudanças.

Pode reter-se de qualquer forma que o sentido de mudança é o mesmo que outro tipo de medidas mas que haveria menos profundidade nessas mudanças.

CONCLUSÕES

A conclusão síntese mais evidente é de que o nível geral de vida em Bissau melhorou em extensão e piorou em profundidade, no período 1986 a 1991. Ao mesmo tempo a desigualdade aumentou.

Dito de outro modo, em 1991 passou a haver menos pobres mas os que há estão em pior situação do que em 1986. De 1991 a 1993 o nível geral piorou não só em extensão mas também em gravidade.

Não encontramos nos autores que conhecemos um indicador de síntese que expresse num único numero essa evolução de nível geral de vida, utilizando o tipo de dados que temos vindo a tratar dos Inquéritos às famílias³⁰.

Pode-se afirmar que se o conjunto de pessoas nos níveis mais baixos passou de 35,8 % para 26,5 % temos uma melhoria de 9,3 pontos percentuais. E se subiu de novo para 35,7 % em 1993 temos uma degradação de 9,2 pontos. E que se a gravidade dos níveis mais baixos passou de 6,2 para 9,3 e depois para 7,5 teremos um agravamento de 3,1 seguido de uma melhoria de 1,8.

Se em 1986 tínhamos 4 em cada 10 pessoas, em Bissau, considerada Pobre ou Muito Pobre, em 1991, eram apenas 3 em 10. Mas esses 3 estão 50 % pior.

Em 1993 teríamos de novo 4 em 10 pessoas Pobre ou Muito Pobre e um pouco melhores embora ainda 21 % piores que em 1986.

Vamos procurar estabelecer um padrão das famílias dos diferentes níveis de vida. Pretende-se definir os alvos possíveis para medidas de política económica e

³⁰ Com outro tipo de dados temos o índice de desenvolvimento humano do PNUD, a taxa de mortalidade abaixo dos cinco anos da UNICEF, a par do PIB per capita usado há mais tempo por múltiplas organizações.

social. Procuramos responder à questão: Qual a evolução da composição dos diferentes níveis de vida de 1986 para 1991 e 1993 para as diferentes dimensões de bem estar, numa família de 10 pessoas ?

Nível Muito Pobre

Para o nível mais baixo, em 1986, tínhamos 3 Animistas, 3 Muçulmanos e 4 Cristãos. Oito famílias tinham chefes masculinos e 2 femininos. E sete seriam analfabetos, dois saberiam ler e contar e 1 teria como habilitações o primário.

Em 1991 esse nível evoluiu para ser constituído por quatro animistas outros quatro muçulmanos e dois cristãos, diminuindo portanto os cristãos e aumentando os membros das outras duas grandes religiões. Haveria sete chefes de família masculinos e três femininos revelando um empobrecimento das famílias de chefes mulher.

Quanto a habilitações os chefes analfabetos (que no inquérito de 1991 se devem comparar com o somatório de analfabetos e dos que sabem ler/contar em 1986) manteriam a maioria mas reduzidos a cinco unidades; os que tem o primário aumentariam o seu numero de 1 para 4. Aparece a este nível também um chefe de família com habilitação igual ou superior ao secundário. Revela-se assim a desvalorização do ensino formal no período em causa.

Em 1993 não há dados para religião, mas os chefes masculinos seriam nove e os femininos um. Quanto a instrução este nível diversificou-se havendo em dez chefes, 2 analfabetos, 2 a saber ler e contar, 4 com o primário e 2 com o complementar, acentuando-se a tendência anterior.

Quanto às estratégias de vida das famílias, em 1986, cerca de metade só eram agricultores, 3 trabalhavam a terra mas também tinham outras actividades não especializadas, dos restantes 1 dependia da função ou do sector público e 1 - 2 do sector privado somente ou acumulado com outro que não o comércio que não tinha ninguém nesse nível.

Em 1991 a estratégia que deu melhores resultados foi a dos agricultores que passam de metade para 1 décimo e a dos mesmos acumulado com indiferenciado. A pior foi a do comércio que sem nenhum elemento passa a ter 4. A dependência do sector ou função pública mantém-se e os privados passam a ter mais tendência para 2 elementos.

No final do período, em 1993, as mesmas duas estratégias melhores continuam nessa tendência, o comércio também se mantém no nível de 1991 e os privados melhoram voltando ao nível de 1986. A função/sector público triplica o valor passando de um elemento muito pobre para três.

Nível Pobre

Neste nível intermédio temos em cada dez pessoas sete são cristãs, 2 muçulmanas e uma animista no início do período. No meio quatro são animistas e três de cada um dos outros, piorando portanto o primeiro e segundo grupos e melhorando os cristãos.

O sexo do chefe de família reparte-se igualmente em nove para o masculino e 1 para o feminino em 1991 e 1986; mas em 1993 são 6 homens e 4 mulheres.

A instrução do chefe de família já mostra uma diversidade maior que o nível anterior com cinco chefes a saber ler/contar, 3 com o primário e dois analfabetos, em 1986.

Para 1991 temos quatro analfabetos, e três com o primário e três com nível igual ou superior ao secundário. O ponto mais saliente é o registo da entrada de habilitações de nível mais alto neste nível de vida.

Essa diversidade mantém-se em 1993 com 6 analfabetos, 1 tendo completo ou frequentado o primário e outro o secundário; e ainda dois o complementar.

As estratégias de vida, de 1986 para 1991 passaram de 2 para 1 agricultores, de 1 para 3 de agricultores/indiferenciados, 1 para 2 do comércio e de três para 2 da Função/Sector público. Os privados e outro eram 4 e passaram a ser 2.

Nível Não Pobre

Em 1986 dez pessoas deste grupo seria um conjunto constituído por sete cristãos dois muçulmanos e um animista. Em 1991, os cristãos desciam para quatro e os restantes subiam para três cada um.

O sexo dos chefes de família continuava a ser maioritariamente masculino mas em 1991, o feminino duplicava a presença passando de um para dois elementos, para em 1993 voltar a descer para um.

A instrução dos mesmos chefes distribuía-se no início do período pelos diferentes graus com 4 com o primário, 3 a saber ler/contar e um analfabeto, dois com o secundário e outro superior.

Em 1991 o primário e o conjunto analfabeto e sabe ler/contar tem menos uma pessoa cada, o secundário e superior tem 3, com a habilitações corânica a ter expressão com uma pessoa.

Para o final do período os analfabetos mantinham-se na unidade, tal como o Sabe Ler/contar e o que tinham ou frequentaram o Complementar. O Primário era o mais representado com 4 pessoas, e o Secundário e Superior em conjunto tinham 3.

Uma forma de definir a família tipo de cada nível é tomar dentro de cada um as características com maior probabilidade de se verificarem.

Teríamos assim, juntando as restantes características inquiridas:

<u>Muito pobre em 1986</u>	<u>Muito pobre em 1991</u>	<u>Muito pobre em 1993</u>
Agricultores	Comercio	Comercio
Cristã	Muçulmana	d.
Chefe homem	Chefe homem	Chefe homem
Chefe analfabeto	Chefe analfabeto	Chefe com ensino primário
Família de 8-10 pessoas	Família de mais de 10 pessoas	Família de 5-7 pessoas
Idade do chefe 36-45	Idade do chefe 36-45	Idade do chefe 36-45
Com 1 ou 2 esposas	Com 1 ou 2 esposas	Com 1 ou 2 esposas
Habitação em	Habitação em	Habitação em
Adobe nas paredes	Adobe nas paredes	Adobe, lama ou kirintim com
Zinco no tecto	Zinco no tecto	lama nas paredes
Cimento no soalho	Cimento no soalho	Cobertura de palha
Água de poço tradicional	Água da rede pública	Esgotos em fossa própria
Luz de petróleo/ gásóleo	Luz de petróleo/ gásóleo	Água de poço tradicional
Cozinha com carvão	Cozinha com carvão	Luz de contador
Proprietário da habitação	Proprietário da habitação	Cozinha com carvão
Tem animais	Não tem animais	Proprietário da habitação
Chefe trabalha na agricultura	Chefe trabalha no sector público e pescas	Não tem qualquer veículo ne aparelho doméstico
		Chefe trabalha na função pública

<u>Pobre em 1986</u>	<u>Pobre em 1991</u>	<u>Pobre em 1993</u>
Privados e outro	Agric./indiferenciados	Comercio
Cristã	Animista	Chefe homem
Chefe homem	Chefe homem	Chefe analfabeto
Família com 8-10 pessoas	Família com 8-10 pessoas	Família de mais de 10 pessoas
Idade do chefe 36 a 45	Idade do chefe 46 a 55	Idade do chefe 26-35
Com 1 ou 2 esposas	Com 1 ou 2 esposas	Com 1 ou 2 esposas
Sabe ler/contar	Analfabeto	Habitação em
Habitação em	Habitação em	Adobe, lama ou kirintim com
Adobe nas paredes	Adobe nas paredes	lama nas paredes ou outros
Zinco no tecto	Zinco no tecto	materiais
Cimento no soalho	Cimento no soalho	Cobertura de palha ou outra
Água de poço tradicional	Água de rede pública	Esgotos em valas
Luz de petróleo /gasóleo	Luz de petróleo / gasoleo	Água de poço tradicional
Cozinha a carvão	Cozinha a lenha	Luz de contador
Proprietário da habitação	Proprietário da habitação	Cozinha com carvão
Tem animais	Tem animais	Inquilino da habitação
Chefe trabalha na função pública	Chefe trabalha no sector público	Não tem qualquer veículo
		Tem um aparelho doméstico
		Chefe trabalha no comércio e
		hoteis

<u>Não pobre em 1986</u>	<u>Não pobre em 1991</u>	<u>Não pobre em 1993</u>
Função/sector publico	Agric/indiferenciados	Comercio
Cristã	Cristã	Chefe homem
Chefe homem	Chefe homem	Chefe com ensino primário
Chefe com ensino primário	Chefe com outras habilitações	Família de 2-4 pessoas
Família com 8-10 pessoas	Família com 5-7 pessoas	Idade do chefe 26-35
Idade do chefe 46 a 55	Idade do chefe 36 a 45	Com 1 ou 2 esposas
Com 1 ou 2 esposas	Com 1 ou 2 esposas	Habitação em
Habitação em	Habitação em	Outros materiais não
Adobe nas paredes	Adobe nas paredes	tradicionais
Zinco no tecto	Zinco no tecto	Esgotos em fossa pr?pria
Cimento no soalho	Cimento no soalho	Agua de rede privada ou
Agua de poço tradicional	Agua de rede publica	publica
Luz de petroleo/gasoleo	Luz de petroleo/gasoleo	Luz de contador
Cozinha a carvão	Cozinha a carvão	Cozinha com carvão
Proprietário da habitação	Proprietário da habitação	Inquilino da habitação
Tem animais	Não tem animais	Não tem qualquer veiculo
Chefe trabalha na função publica	Chefe trabalha no sector publico	Dois ou três aparelhos
		domésticos
		Chefe trabalha no sector outros
		serviços

Repare-se que estes tipos de família correspondem à estrutura dos níveis de vida que atende à distribuição dos valores absolutos. Indica como são maioritariamente as famílias que constituem os diferentes níveis de vida.

Se ordenarmos as famílias de acordo com as várias dimensões de análise escolhidas pelo indicador Po - extensão dos diferentes níveis de vida - teremos a ordenação das famílias do nível mais baixo para o mais alto, dentro de cada nível de vida³¹.

Esses quadros permitem verificar a questão colocada e ainda a evolução de uma categoria específica dentro dos diferentes níveis: por exemplo de 1986 para 1991 os animistas passam da pior posição para a intermédia no nível dos Muito Pobres, da melhor para a pior ao nível dos Pobres, e mantém a pior posição no nível dos Não Pobres. Mas só por uma única dimensão de análise não nos parece possível afirmar qual a probabilidade de uma família ser de um determinado nível de vida.

³¹ Note-se que a ordenação do ultimo nível - os Não Pobres - é feita inversamente; só assim tem a mesma interpretação normativa que os restantes: nos níveis mais baixos os grupos mais representados são os que tem pior nível de vida, no mais alto o grupo menos representado é o que tem menos pessoas com melhor nível de vida.

Isso leva-nos a tentar investigar se é possível definir a probabilidade de uma família pertencer a um nível de vida uma vez conhecidas várias das suas características.

Pode ler-se esses mesmos resultados como as probabilidades que um indivíduo tem de pertencer a um dos três níveis de vida. Se o sexo do chefe de família for feminino a probabilidade de a família ser Muito Pobre é de 21,1 em 100,0 ou seja é de pouco mais de 1/5 ou 2/10 e de pertencer ao nível dos Não Pobres é de 7/10, no ano de 1991.

Por transformações da medida Po como a anterior parece-nos possível definir probabilidades por dimensão de análise mas não articular essas probabilidades entre si de modo operacional.

Pode-se sempre imaginar uma função

Nível de vida = f(Religião, Sexo, Educação, etc.)

mas não se consegue definir uma escala onde aplicar resultados de por exemplo uma soma de probabilidades de uma família pertencer a um nível, de forma a atribuir um nível de vida a essa família. A menos que se coloquem algumas hipóteses heróicas sobre a valorização normativa do conjunto de dimensões de análise ou que todas as probabilidades apontem para um único nível.

Temos assim de nos limitar à leitura em linha por dimensão de análise sem esquecer que a definição dos níveis de vida deu uma divisão global de - 35,9 % Pobres e Muito Pobres em 1986, de 26,6 % em 1991 e de 35,7 % em 1993 - que implica haver sempre a tendência para as diferentes dimensões terem uma divisão da mesma ordem de grandeza: a maioria Não Pobres e uma minoria de cerca daquelas percentagens de Pobres e Muito Pobres.

Quais os grupos sociais prioritários porque mais vulneráveis ?

A metodologia explicitada no ponto 1 permite definir como grupos prioritários para uma definição de políticas económicas e sociais que melhorem o seu nível de vida de acordo com as diferentes dimensões de análise. Note-se que este indicador atende à extensão, à profundidade e gravidade da degradação dos níveis de vida mas secundariza o peso total da população de cada grupo. Corresponde a uma preocupação com os níveis baixos que olha para a qualidade e considera menos a quantidade.

Para o ano de 1986 os grupos nessas condições para o nível de vida mais baixo seriam as famílias animistas, cuja estratégia de vida estivesse baseada somente nos trabalhos agrícolas, com chefes femininos e analfabetos.

Para o nível de vida intermédio seriam as famílias cristãs, cujas estratégias de vida se organizassem à volta do sector privado não comercial e outro, que pode ser a função pública ou a agricultura, ou a banca; o chefe seria homem, embora as famílias de chefes mulheres estejam muito perto em prioridade. A sua instrução seria de saber ler e contar mas sem nenhum grau de ensino. O sector de actividade do chefe seria os Transportes e comunicações ou Outros , que são sobretudo os serviços pessoais.

Para 1991, o primeiro nível com as famílias muçulmanas de estratégia assente no comércio em primeira prioridade, com chefes mulheres e analfabetas. O sector de actividade da população activa seria o comércio com a agricultura muito perto. Os não activos tem índices piores mas só foi recolhida informação neste ano.

No segundo nível os animistas com estratégia agrícola, chefes masculinos e o ensino primário completo ou incompleto a trabalharem nos transportes ou comunicações (com os funcionários públicos perto) seriam as prioridades.

Para 1993 seriam as famílias muito pobres agrícolas, com chefes homens a saber ler/contar. Os chefes que trabalham na construção civil não estariam muito longe.

Neste ultimo ano para o nível de vida Pobre temos as famílias de agricultores e simultaneamente indiferenciados de sexo feminino com o secundário ou frequência (com o comércio e os analfabetos muito perto), e os chefes a trabalharem nas transformadoras ou comércio.

Se procurarmos ver todo o período em conjunto e atendendo ao peso de cada dimensão no total dos inquiridos pode-se afirmar que os grupos prioritários para uma política económica e social que tenha como um dos seus objectivos a melhoria de vida do níveis mais baixos da população são as famílias animistas, chefiadas por mulheres analfabetas ou sabendo ler e/ou contar sem qualquer grau ou frequência de ensino e cuja actividade própria e familiar esteja relacionada com a agricultura e/ou comércio.

Note-se que se atendermos mais ao peso no total de cada dimensão diríamos que as mesmas famílias mas com chefes homens seriam mais prioritárias.

Se pensarmos nos alvos de uma política para melhorar os níveis intermédios da população então é mais difícil de definir um padrão ao longo do período 86-93. Parece que este nível se altera conforme a evolução geral mais do que qualquer outro.

BIBLIOGRAFIA

1. Abel-Smith, B. e Bagley, C., (1977), "The problem of establishing equivalent standards of living for families of different composition", in The concept of poverty, eds. Townsend, P., Heinemann Educational Book, London, Reino Unido.
2. Achinger, G., (1986), "Estudos socio-económicos no país", in Boletim de Informação Socio-económica, INEP, Ano II, Nº1, Fev.86, Bissau, Republica da Guiné-Bissau.
3. Addison, T. e Demery L., (1987), "O alívio da pobreza pelo ajuste estrutural", in Finanças e desenvolvimento, FMI/BM, Jun.1987, Rio de Janeiro, Brasil.
4. Aguilar, R. e Zejan, M., (1991), Guiné-Bissau, um novo começo ?, Universidade de Gotemburgo, Departamento de Economia, Suécia.
5. Aguilar, R. e Zejan, M., (1992), Guiné-Bissau, saindo do caminho traçado, Universidade de Gotemburgo, Departamento de Economia, Suécia.
6. Atkinson, A.B., (1987), "On the measurement of poverty", in Econometric, Vol.55, Nº 4, July 1987, New Jersey, EUA.
7. Banco de Portugal, Guiné-Bissau, Caracterização sumária, Lisboa, Portugal.
8. Banco Europeu de Investimento e Governo, (1991), Programa Indicativo Nacional, Quadro da Cooperação entre a República da Guiné-Bissau e a Comunidade Económica Europeia no âmbito da Convenção de Lomé IV, Bissau, República da Guiné-Bissau.
9. Badi, M.K., (1993), "OUA; balance de 30 anos", in Africa 2000, Centro Cultural Hispano-Guineano, Malabo, Republica da Guine Equatorial.
10. Barata, N.C., (1991), "República da Guiné-Bissau: relações externas e relações com Portugal", in Portugal-PALOP, as relações económicas e financeiras, ed. Torres, A., Escher, Lisboa, Portugal.
11. Beckman, D., (1986), "O Banco Mundial e a pobreza na década de 80", in Finanças e desenvolvimento, FMI/BM, Set., Rio de Janeiro, Brasil.
12. Bender W. e Hunt, S., (1991), "Monitoring the impact of Structural Adjustment in Luanda", in The Luanda Household Budget and Nutrition Survey, Working Paper nº6, Ministério do Plano, UNICEF, Food Studies Group, University of Oxford, Luanda, Angola.
13. Bhagwati, J.N., (1987), "Poverty and Public Policy", in World Development, Pergamon Press, Vol.16, No5, 1988, Oxford, Reino Unido.
14. Brister, J., (1988), "The cooking pots are broken", in Africa Recovery, Vol.2, Nº 2, ONU, New York, EUA.
15. Boateng, E.O. e Outros, (1991), Ghana: Adjustment and Growth, 1983-91, FMI-Occasional Paper Nº86, Washington D.C., EUA.
16. Bourguignon, F., Melo, J.M. e Morrisson, C., (1991), "Poverty and Income Distribution During Adjustment: Issues and Evidence from the OCDE Project", in World Development, Vol.19, Nº11, Washington D.C., EUA.
17. Brandt, H. e Outros, (1985), "Structural Distortions and Adjustment Programmes" in The Poor Countries of Africa, German Development Institute, Berlin, RFA.

18.CEA, (1989), "African alternative framework to structural adjustment programmes for socio-economic recovery and transformation", Economic Commission for Africa, in dossier Adjustment For Transformation, An African blueprint for sustainable development, Addis Ababa, Ethiopia.

19.CE, (1993), Comunicação da comissão ao conselho e ao Parlamento Europeu relativa à política da Comunidade e dos Estados Membros de luta contra a pobreza nos países em desenvolvimento, mimeo, Bruxelas, Bélgica.

20.Cardoso,B., (1986), Evolução macro-económica (1974-85), Estudo de trabalho, Ministério do Plano, Bissau, Republica da Guiné-Bissau.

21.Cardoso,M.I.C., (1992), FMI. Um caso prático: a República da Guiné-Bissau, mimeo, trabalho de licenciatura, ISEG, Lisboa.

22.Cardoso, C. e Imbali, F., (1993), "As questões institucionais e o programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau", in Os efeitos sócio-económicos do programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau, INEP, Guiné-Bissau.

23.Carneiro,D.e Abreu,M., (1989), Dificuldades e Perspectivas para o ajuste estrutural, ASDI, Bissau, Guiné-Bissau.

24.CEE, David,D., (1993), "La politique communautaire de développement", in Le Courrier nº 141, Septembre-Octobre, Bruxelas, Bélgica.

25.Colclough,C., (1991), "Struturalism versus Neo-liberalism: an introduction", in States or Markets ?, IDS Development Studies Series, Clarendon Press, Oxford, Reino Unido.

26.Comeliau,C., (1990), "Développement et ajustement en Afrique: quelles transformations de structures?", in Genève-Afrique, Vol.XXVIII-Nº1-1990, Holanda.

27.Cornia,G.A., (1987), "Declive economico y bien estar humano en la primera mitad de los anos ochenta", in Ajuste con rostro humano, Siglo Veintiuno para UNICEF, Vol.I,1987, Madrid, Espanha.

28. Cornia,G.A., (1987), "Ajuste a nivel familiar: potencial e limitaciones de las estrategias de sobrevivencia", in Ajuste con rostro humano, Siglo Veintiuno para UNICEF, Vol.I, Madrid, Espanha.

29.Cornia,G.A.,Jolly,R. e Stewart,J., (1987), "Una vision global del enfoque alternativo", in Ajuste con rostro humano, Siglo Veintiuno para UNICEF, Vol.I, Madrid, Espanha.

30.Desai,M. e Shah,A., (1988), "An econometric approach to the measurements of poverty", Oxford Economic Papers, Vol.40, Nº3, September, Oxford University Press, London, Reino Unido.

31.Dia, M. (1991), "Desenvolvimento e valores culturais na Africa SubSaariana", in Finanças e Desenvolvimento, Dezembro, FMI/WB, Rio de Janeiro, Brasil.

32.Inquéritos, Dubois, J-L e Blaizeau,D., (1989), Connaitre les conditions de vie des ménages dans les pays en développment, Tomos I, II, III, Ministère de la Coordénation et Développement, Paris, França.

33.Elliot,C. (1975), Patterns of poverty in the Third World, Praeger Publishers, New York, EUA.

34.Faini,R. e outros (1991), "Macro performance under adjustment lending", in Restructuring economies in distress, World Bank, Oxford University Press, Washington,D.C., EUA.

35.Feinberg,R., (1991), "The Bretton Woods Agencies and Sub-Saharan Africa in the 1990s: facing the tough questions", in African External Finance in the 1990s, eds. Husain,I. e Underwood,J., The World Bank, Washigton,D.C., EUA.

36.Sector informal, Fernandez,D.L., (1992), "El sector informal en las ciudades del Africa Occidental" in Africa 2000, Centro Cultural Hispano-Guineano, N.º17, Malabo, Republica da Guine Equatorial.

37.Ferreira,M.E., (1990), Desigualdades sociais, ajustamento estrutural e democracia, mimeo, Lisboa, Portugal.

38.Ferroni,M. e Kanbur,R., (1991), "Poverty concious restructuring of public expenditures", in Economic Reform in Sub-Saharan Africa, eds.Chhiber,A. e Fischer,S., The World Bank, Washington, D.C., EUA.

39.Foster,J., Greer,J. e Thorbecke,E., (1984), "A class of decomposable poverty mesures", in Econometrica, Vol 52, Nº3, MIT, Massachusetts, EUA.

40.Fromont,M., (1988), "Les pauvres font les frais de l'ajustement", in Le Courrier, CEE, Nº111,Set-Out. Bruxelas, Bélgica,.

41.Gibbon,P., (1992), "The world Bank and African Poverty, 1973-91", in The Journal of Modern African Studies, Vol.30, Nº2, Cambridge University Press, Reino Unido.

42.Glewwe,P. e Van Der Gaag,J., (1990), "Identifying the poor in developing countries: do different definitions matter?", in World Development, Vol.18, Nº6, Reino Unido.

43.Goldstein,M., (1986), The global effects of Fund-supported adjustment programs, Occasional paper , FMI, No 42, Washington,DC, EUA,.

44.Governo, (1989), Carta Governamental de politica de desenvolvimento, 1989 - 91, Segundo Crédito de ajustamento estrutural, Banco Nacional da Guiné-Bissau, República da Guiné-Bissau.

45. Governo, Country Presentation, (1990), ONU, New York, EUA.

46.Green,R., (1992), "Blueprint against poverty", in Africa Recovery, Vol.6, Nº2, Agosto, ONU, New York, EUA.

47.Grootaert,C., (1984), Measuring and analysing Levels of Living in Developing Countries: An annotated questionnaire, Working Paper, World Bank, Nº24, Washington,DC,.

48.Grosh,E.M., (1991), The household survey as a tool for policy change, Living Standards Measurement Study, Working Paper Nº 80, The World Bank, Washington, D.C., EUA.

49.Guillaumont,P., (1990), "African LDCs, among the most vulnerable and least developed", in Africa Recovery, Briefing Paper, Nº2, Agosto, New York, EUA.

50.Guimarães,E., (1992), O ajustamento estrutural na Guiné-Bissau, a experiencia dos anos 80, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Tese de Mestrado, Lisboa, Portugal.

51.Hagenaars,A.J.M., (1986), The perception of poverty, Center for Research in Public Economics, Leyden University, North Holland, Amsterdam, Holanda.

52.Handem,D.L., (1991), La femme en Guinée-Bissau: pour quelle integration au developpement ?, PNUD, Bissau, República da Guiné-Bissau.

53.Handen,D.L., (1986), O impacto socio-económico do programa de estabilização economica e dos investimentos públicos, INEP, Bissau, Republica da Guiné-Bissau.

54.Handen,D.L., (1986), "A Guiné-Bissau: adaptar-se à crise", in Soronda-Revista de estudos guineense, INEP, Nº 3, Jan.1987, 77-100, Bissau, Republica da Guiné -Bissau.

55.Harvey, C., (1991), "Recovery from Macro-economic disaster in Sub-Saharan Africa", in States or Markets ?, IDS Development Studies Series, Clarendon Press, Oxford, U.K..

56.Havnevik,K.J., (1987), "Introduction", in The IMF and the WB in Africa, Scandinavian Institute of African Studies, Upsala, Suécia.

57.Helleiner,G.K., (1987), "Stabilization,Adjustment and the Poor", in World Development, Pergamon Press, Vol.15, Nº12, 1982, Oxford, Reino Unido.

58.Hellen,P., (1987), "Os programas de ajuste apoiados pelo Fundo e a pobreza", in Finanças e desenvolvimento , FMI/BM, Dezembro, Rio de Janeiro, Brasil

59.Herbst,J., (1990), "The structural adjustment of politics in Africa", in World Development, Pergamon Press, Vol.18, Nº7, Oxford, Reino Unido.

60.Hermele,K., (1989), Economic Reform in Guiné-Bissau, mimeo, Suecia.

61.Huang Y. e Nic P.,, (1987), "Os custos sociais do ajuste", in Finanças e desenvolvimento , FMI/BM, Junho, Rio de Janeiro, Brasil.

62.INEP/UNICEF, (1992), A análise da situação das crianças e das mulheres na Guiné-Bissau, Bissau, Guiné-Bissau.

63.Jacquemot,P. et Assidon,E., (1988), "L'ajustement, le change et la dynamique sociale", in Politiques de change et ajustement en Afrique, Cap.VI, Ministère de la Coopération et du Développement, Paris, France.

64.Jaycox,E.V.K., (1993), "Ce qui manque en Afrique: la création et l'utilisation des compétences", in Le Courrier nº 141, Septembre-October, Bruxelles, Bélgica.

65.Kanbur,S.M.R., (1987), "Measurement and alleviation of poverty", in Staff Papers, Washington, DC, FMI, Vol.28, nº1, March.

66.Kanbur,S.M.R., (1987), "Structural Adjustment, Macroeconomic. Adjustment and Poverty:A Methodology for Analysis ", in World Development, Pergamon Press, Vol.15, No.12, Oxford, Reino Unido.

67.Lipton,M. e Shakow,A., (1982), "O Banco Mundial e a pobreza", in Finanças e Desenvolvimento, Junho 1982, Rio de Janeiro, Brasil.

68.Longhurst,R.,Kamara,S.,Mensurah,J., (1987), "Structural Adjustment and vulnerable groups in Sierra Leone", in IDS Bulletin, Brighton, Reino Unido, Institute of Development Studies, Vol.19, No1.

69.Lone,S., Laishley,R. e Bentsi-Enchill,N.K., (1991), "Review of UNPAAERD", in Africa Recovery Special Section, Vol.5, Nº 3, Setembro, ONU, New York, EUA.

70.Lone,S., (1992), "Assessing adjustment's social impact", in Africa Recovery, Vol.6, Nº2, Agosto, ONU, New York, EUA.

71.Lopes,C. e Handem,D.L., (1987), GNB-Síntese da situação económico-financeira e perspectivas de médio prazo, Boletim de Informação Socio-Económica, INEP, Nº2, Ano 3, Bissau, Republica da Guiné-Bissau.

72.Lopes, C., (1994), Enough is enough!, Discussion Paper 5, Nordiska Afrikainstitutet (The scandinavian Institute of African Studies), Uppsala, Suécia.

73.Mamdani,M., Mkandawire,T., Wamba-dia-Wamba, (1988), "Movimentos sociais, mutações sociais e luta pela democracia em África", in Ciencias Sociais em África,Alguns projectos de investigação, CODESRIA, 1992, Dacar, Senegal.

74.Marin, (1993), Directives des negociation pour la revision partielle a mi-parcours de la convention de Lome IV (article 366 de la Convention), mimeo, CE, Bruxelas, Bélgica.

75.Meier,G., (1984), Emergency from poverty.The economics that really matters, New York, EUA, Oxford University Press.

76.Mendes,R.e Jawad,M., (1986), "Breve análise do sector comercial", in Boletim de Informação Socio-economica, Bissau, Republica da Guiné-Bissau, INEP, Ano II, Nº1, Junho 86.

77.Ministério do Plano, (1986), Contas Nacionais da GNB 1983-85, Bissau, Republica da Guiné-Bissau, Ministério do Plano.

78.Ministério do Plano, (1981), Compte rendu de l'enquête sur les dépenses et revenus des menages en Guinee Bissau, Bissau, Republica da Guiné-Bissau, Ministério do Plano.

79.Ministério do Plano, (1985), Linhas directrizes e grandes orientações do II Plano de desenvolvimento económico e social, Documentos de trabalho, Bissau, Republica da Guiné-Bissau, Ministério do Plano.

80.Mosley,P., Harrigan,J., Toye,J., (1990), Aid and Power, The World Bank and Policy based lending, Vol I, Rowtledge, London, Reino Unido.

81.Muffels,R. e Vriens,M., (1991), A comparison of definitions of consumption deprivation, the elaboration of a subjective deprivation scale (SDS) and the dimensions of consupcion deprivation, Paper to presented at the IARP/SASE Conference "Interdisciplinary Approaches to the Study of Economic problems", June, 1991, Estocolmo, Suécia.

82.Orstom,B., (1991), "Crise urbaine et effects urbains de la crise: le cas de l' Afrique Noir", Espaces et Sociétés, Nº 65, L' Harmattan, Paris, França.

83.ONU, (1991), Examen et évaluation finals du programme d' action des Nations Unies pour le redressement économique et le développement de l' Afrique, 1986-1990, New York, EUA, ONU-CNUCED.

84.Pedneault,V.,(1992), La population de la Guinée-Bissau de 1928 à 1979, Université de Montréal, Montréal, Canadá.

85.Pélissier,R., (1991), "Guinea-Bissau", in Africa South of the Sahara, Europa Publications Limited, London.

86.Pessoa,V.R., (1990), Reflexões sobre a planificação na Republica da Guiné-Bissau, PNUD, Bissau, Guiné-Bissau.

87.Pradervand,P., (1991), "Africa's silent revolution", in Africa Recovery, Vol.5, Nº4, Dezembro, ONU, New York, EUA.

88. Proença, C.E.M.S. e Rocha, A., Cabo Verde a Poverty Study, Document of The World Bank, August/September, 1993, Washington, D.C., EUA.

89. Proença, C.E.M.S., (1986), Inquérito às despesas familiares, Bissau, Republica da Guiné-Bissau, Ministério do Plano, Documentos metodológicos e apuramentos.

90. Ravallion, M. e Huppi, M., (1991), "Measuring changes in poverty: a methodological case study of Indonesia during adjustment period", The World Bank Economic Review, Vol.5, Nº 1, The World Bank, Washington, D.C., EUA.

91. Rein, M., (1977), "Problems in the definition and measurements of poverty", in The concept of poverty, ed. Townsend, P., Heinemann Educational Book, London, Reino Unido.

92. Rowe, R., (1993), "La Banque mondiale - Maitresse au Royaume du Développement" Le Courrier nº 141, Septembre-October, Bruxelles, Bélgica.

93. Rudebeck, L., (1991), "The effects of structural adjustment in Kandjadja, Guinea-Bissau", in Review of African Political Economy, New York, EUA.

94. Salop, J., (1992), "Reduzir a pobreza: um lema a difundir", in Finanças e desenvolvimento, Dez, Rio de Janeiro, Brasil, FMI/BM.

95. Santos, A.R., (1990), "Ajustamento estrutural e desenvolvimento em Africa. Breve referencia à experiencia dos PALOP's", in Revista do Centro de Estudos "Economia e Sociedade", Lisboa, Portugal, CESO, Nº2, Maio 1990.

96. Santos, Ilda e Proença, C., (1987), Índice de preços no consumidor, Gabinete de Estudos do Ministério do Plano, Bissau, República da Guiné-Bissau.

97. Sawers, L., (1988), "Poverty weighted measures of social welfare change", World Development, Vol.16, Nº8, Pergamon Press, Oxford, Reino Unido.

98. Sen, A., (1976), "Poverty: an ordinal approach to measurement", Econometrica, Vol.44, Março 1976, Nº2, MIT, Massachusetts, EUA.

99. Skillings, R.F., Marc, A., Makonnen, R., (1991), The design of social action programs under structural adjustment, Document of The World Bank, Report nº 9344-AFR, Washington, D.C., EUA.

100. Sloman, J., (1991), "Inequality, Poverty and Policies to Redistribute Incomes", Economics.

101. Soler-Sala, V., (1989), "Présentation del segundo volumen del estudio del UNICEF sobre Ajuste con rostro humano", Afers Internacionals, N.º 16, Barcelona, Espanha.

102. Srinivasan, T.N., (1988), Structural adjustment, stabilization, and the poor, Economic Development Institute of The World Bank, EDI Working Papers, Washington, D.C., EUA.

103. Stren, R.E., (1992), "African urban research since the late 1980s: responses to poverty and urban growth", Urban Studies, Vol.29, Nº3/4, University of Glasgow, Glasgow, Reino Unido.

104. Stewart, F., (1991), "The many faces of adjustment", World Development, Oxford, Reino Unido, Pergamon Press, Vol.19, Nº.12.

105. Stewart, F., (1987), "Macropolíticas y mesopolíticas alternativas y grupos vulnerables", in Ajuste con rostro humano, Siglo Veintiuno para UNICEF, Vol.I, 1987, Madrid, Espanha.

106.Stewart,F. and Streeten,P., (1976), "New Strategies for development: poverty, income distribution, and growth", Oxford Economic Papers, Vol.28, November 1976, Nº3, The clarendon Press, Oxford, Reino Unido.

107.Tarr,S.B., (1992), "Undermining the political logic of African Governments' poor economic policies", Genève Afrique, Institut Universitaire d'Études du Développement (IUED), Vol XXX, Nº1, Genebra, Suíça.

108.Tironi,E. y Lagos,R., (1991), "Actores sociales y ajuste estructural", Revista de la CEPAL, Nº44, Agosto, ONU, Santiago de Chile, Chile.

109.Toye,J.,(1992), "The appraisal and evaluation of structural adjustment lending: some questions of method", in Market forces and world development, Prendergast,R., St,Martin Press.

110.Townsend, P., (1977), "Measures and explanations of poverty in high income and low income countries: the problems of operationalizing the concepts of development, class and poverty", in The concept of poverty, Heinemann Educational Book, London, Reino Unido.

111.Townsend, P., (1977), "Measures of income and expenditure as criteria of poverty", in The concept of poverty, Heinemann Educational Book, London, Reino Unido.

112. UNICEF, (1990), O impacto do ajustamento estrutural e as políticas alternativas para a promoção do bem estar das crianças na Guiné-Bissau, Tanner, C., Bissau, República da Guiné-Bissau.

113.UNICEF, (1993), A análise da situação das crianças e das mulheres na Guiné Bissau, Bissau, Guiné-Bissau.

114.Victorisz,T., (1986), "Uma estratégia alternativa de desenvolvimento", Boletim de Informação Socio-economica, INEP, Ano II, Nº1, Fev., Bissau, Republica da Guiné-Bissau.

115.World Bank e FMI, (1992), Programa de ajustamento estrutural (SAC-II) Aide-memoire de missão de avaliação e Condições para a libertação da terceira tranche, Novembro 1992, mimeo, Bissau, Guiné-Bissau.

116.World Bank e Governo, (1992), Aide-memoire de reunião anual em Washigton, Setembro 1992, mimeo, Bissau, República da Guiné-Bissau.

117.World Bank e Governo, Aide memoire, Guiné-Bissau: Projecto de alivio social e infraestrutural (PASI), mimeo, Bissau, República da Guiné-Bissau.

118.World Bank, (1993), Aide mémoire, le 29 mars 1993 , mimeo, Bissau ,República da Guiné-Bissau.

119.World Bank, (1986), Aide memoire-Projecto de população,saude e nutrição, Ministério do Plano, 1986, Bissau, Republica da Guiné-Bissau.

120.World Bank, (1986), Financing adjustment with growth in sub-Saharan Africa,1986-90, New York, EUA.

121.World Bank, (1989), "Adjustment and growth in the 1980s and 1990s", World Development Report 1989, New York, EUA.

122. World Bank, PNUD e BAD, (1990), Les dimensions sociales de l'ajustement en Afrique, Programme d'action, Washington,DC, EUA.

123.World Bank, (1989), Sub-Sharan Africa From crisis to sustainable growth, Washington,DC, EUA.

124. World Bank, (1990), World Bank Annual Report 1989 e 1990 New York, EUA.

125. World Bank, (1989), "Les perspectives régionales en 1988 (Afrique)", in World Bank Report 1988, New York, EUA.

126. World Bank, (1989), Poverty alleviation in GNB, Draft Report nº8002-GNB, DSA Document, Washington, DC, EUA.

127. World Bank, (1987), Guinea-Bissau: A prescription for Comprehensive Adjustment, Document of the World Bank, Washington, DC, EUA, World Bank, Report Nº6361-GNB e tradução de Proença, F. e C..

128. World Bank, (1991), Aide-memoire, Supervisão do segundo ajustamento estrutural, Documento trabalho, Bissau, Republica da Guiné-Bissau.

129. World Bank, (1992), "Aide-memoire, Avaliação global de 1992", Jornal Expresso de Bissau com o titulo Banco Mundial e Guiné-Bissau a novela continua, Bissau, Republica da Guiné-Bissau.

130. World Bank, (1986), Guiné-Bissau na encruzilhada, uma receita para um ajustamento global, Documento trabalho, Bissau, Republica da Guiné-Bissau, World Bank, Conf. nº6361-GNB.

131. World Bank/PNUD, (1989), L'ajustement et la croissance en Afrique pendant les années 80, Washington, DC, EUA.

132. World Bank, (1992), Le lutte contre la pauvreté, Directive Opérationnelle 4.15, 1992, Washington D.C., EUA.

133. World Bank, (1991), "Assistance Strategies to Reduce Poverty", World Bank Policy Paper, January, Washigton, D.C., EUA.

134. World Bank, (1992), Poverty reduction handbook, January, Washigton, D.C., EUA.

135. World Bank, (1994), Adjustment in Africa, reforms, results, and the road ahead, World Bank policy research report, Oxford University Press, Washington, D.C., EUA.

136. Zuckerman, E., (1991), Ajustamento e custos sociais, in Restructuring economies in distress, World Bank, Oxford University Press, Washington, D.C., EUA.